

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MULHER E MERCADO DE TRABALHO: O CASO DE MANAUS
(1990 A 2010)

Bolsista: Priscila da Costa Oliveira, voluntária.

MANAUS

2012

MULHER E MERCADO DE TRABALHO: O CASO DE MANAUS
(1990 A 2010)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-AS-0100/2011
MULHER E MERCADO DE TRABALHO: O CASO DE MANAUS
(1990 A 2010)

Bolsista: Priscila da Costa Oliveira- voluntária

Orientador: Prof.º Dr.º Pery Teixeira

MANAUS

2012

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Economia do Desenvolvimento Regional e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos e científicos.

Resumo

O aumento progressivo da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, desde os anos 70, propiciou os mesmos efeitos de ascensão para as trabalhadoras amazonenses. No Amazonas, especificamente, em Manaus, o processo teve como motor propulsor a instalação da Zona Franca de Manaus que não promoveu apenas mudanças no cenário econômico, demográfico e social do estado como também causou uma metamorfose no modo como os amazonenses se relacionavam com o trabalho. Com intuito de analisar o crescimento no contingente da força de trabalho feminina, a presente pesquisa, através de dados coletados a partir das décadas de 1990 a 2010, disponibilizados pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística e pelos dados obtidos do Projeto de Pesquisa intitulado “Efeito sobre a Qualidade de Vida e Percepções de Risco de um Empreendimento de Refino de Petróleo no Amazonas: o caso da Refinaria de Manaus” realizado pela UFAM através do seu Departamento de Economia e Análise em parceria com o Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia- busca averiguar em que contexto socioeconômico e demográfico a mulher que trabalha na Zona Franca se encontra e quais foram as mudanças ocorridas em seu ambiente familiar, nas duas últimas décadas. Nota-se, a partir dos dados coletados, que o nascimento da Zona Franca de Manaus delineou uma nova mulher: com um índice educacional mais elevado, com uma participação mais atuante nos índices da População Economicamente Ativa e com novos padrões de consumo. A pesquisa revelou ainda que, apesar de possuir uma escolaridade igual e até superior a do homem, a mulher amazonense possui um rendimento menor comparado com os rendimentos masculinos. A amazonense, assim como as mulheres do resto do país, vem ampliando paulatinamente sua importância no mercado de trabalho local. Apesar de enfrentar dificuldades como: a carência de políticas públicas que auxiliem seus filhos enquanto exerce sua atividade produtiva e, principalmente, a desigualdade salarial entre os gêneros. Mas é através de sua participação no mercado de trabalho que a mulher inverte o papel que lhe é tradicionalmente atribuído: o de ser passivo, sujeito a subordinação. A mulher por intermédio da realização de sua atividade econômica transforma-se num ser ativo e atuante na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: MERCADO DE TRABALHO, MULHER, MANAUS.

ABSTRACT

The gradual increase of women's participation in the Brazilian labor market, since the 70's, provided the same effects as the rise for workers Amazon. In the Amazon, specifically, in Manaus, the process was the installation of the driving motor Manaus Free Trade Zone that promoted not only changes in the economic, demographic and social status but also caused a metamorphosis in the way Amazon is related to the work. In order to analyze the growth in the number of female labor force, the present study, using data collected from the decades from 1990 to 2010, provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the data obtained from the research project entitled "Effect Quality of Life and Risk Perceptions of Entrepreneurship in Oil Refining in the Amazon: the case of Manaus Refinery "UFAM conducted through its Department of Economics and Analysis in partnership with the Center for Environmental Excellence by Petrobras in the Amazon- seeks to ascertain the context in which socioeconomic and demographic woman who works in the Free Zone is located, and what were the changes in your household, the last two decades. It can be seen from the data collected; the birth of the Manaus Free Trade Zone outlined a new woman, with an index higher education, with a more active participation in the indices of the economically active population and new patterns of consumption. The survey also revealed that, despite possessing an education equal and even superior to man, woman Amazon has a lower yield compared to male income. The Amazon, as well as women from the rest of the country, its importance has been increasing steadily in the local labor market. Despite facing difficulties such as lack of public policies that help their children while exercising their productive activities and, especially, wage inequality between the genders. But it is through their participation in the labor market that the woman reverses the role traditionally assigned to it: to be passive, subject to subordination. The woman through the realization of their economic activity becomes an active and be active in society

KEYWORDS: THE LABOR MARKET, WOMEN, MANAUS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evolução da população em Manaus (1991/2010).....	29
Figura 2- Evolução da mão-de-obra empregada no Pólo Industrial de Manaus (1990/2010).....	32
Figura 3- Evolução da População em Idade Ativa por sexo na cidade de Manaus- (1991/2010).....	38
Figura 4- Composição da População Economicamente Ativa por sexo na cidade de Manaus-(1991/2010).....	40
Figura 5 - Participação por sexo segundo anos de estudo na cidade de Manaus - (2010).....	46
Figura 6- Responsável do domicílio por sexo na cidade de Manaus- (1991/2010).....	48
Figura 7- Mulheres de 20 anos ou mais de idade, responsáveis pelo domicilio na cidade de Manaus- (1991/2010).....	53
Figura 8- Homens de 20 anos ou mais de idade, responsáveis pelo domicilio na cidade de Manaus- (1991/2010).....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Composição da população por situação de domicílio, segundo sexo na cidade de Manaus- (1991/ 2010).....	38
Tabela 2- Composição dos Ramos de Atividade por sexo na cidade de Manaus- (1991/2010).....	41
Tabela 3-Taxa de participação feminina e masculina nas faixas salariais na cidade de Manaus -1991,2000 e 2010.....	43
Tabela 4-Participação por sexo segundo anos de estudo na cidade de Manaus (1991/2000).....	45
Tabela 5- Rendimento em salários mínimos por responsável de domicilio e sexo na cidade de Manaus- (1991/2010).....	49
Tabela 6 - Ramos de Atividade por responsável de domicilio e sexo na cidade de Manaus- (1991/2010).....	50
Tabela 7- Anos de estudo por responsável de domicilio e sexo na cidade de Manaus- (1991/2010).....	51
Tabela 8-Anos de estudo por responsável de domicilio e sexo na cidade de Manaus- (2010).....	52

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo pesquisa.....	13
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2. A mulher no contexto histórico: discriminação exclusão.....	14
2.1 Condenada por ser mulher: a configuração do trabalho feminino ao longo da história.....	15
2.1.1 Entre a cruz e a espada: a fatalidade do trabalho feminino.....	17
2.1.1.2 O trabalho da mulher na indústria.....	18
3. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO ATUAL: O CASO BRASIL.....	22
3.1 Nível educacional da mulher brasileira.....	25
4. DO BRASIL AO AMAZONAS: O CASO ZONA FRANCA DE MANAUS.....	27
4.1 Breve histórico da Zona Franca de Manaus.....	29
5 DESENVOLVIMENTO.....	33
5.1 Características da mão-de-obra feminina amazonense.....	33
5.2 A mulher amazonense e sua experiência no mercado de trabalho.....	36
5.3 Traçando o perfil da cabocla operária: o que os dados censitários revelam sobre a presença da amazonense na força produtiva.....	37
5.4 A amazonense como chefe de família e suas principais características.....	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
7. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
8. CRONOGRAMA.....	60

1. INTRODUÇÃO

As convenções sociais foram um dos principais obstáculos que impediram a mulher de ser inserida definitivamente no universo produtivo do trabalho, no período antecedente ao pós-guerra. De acordo com essas regras sociais, à mulher não cabia outra atividade- a não ser que se aplicasse na execução de trabalhos considerados tipicamente femininos, como, por exemplo, a costura que durante o século XIX foi a principal responsável pela maior parte da jornada de trabalho das mulheres (MOURÃO, 2006). E é claro, não se pode omitir o fato de que, a maior função realizada por uma mulher, conforme os padrões de comportamentos vigentes na época; limitava-se ao ambiente doméstico, cuidando da organização da casa e da educação dos filhos.

No século XIX, a expansão da revolução industrial pelo mundo e a consolidação do sistema capitalista marcaram a passagem do modo de produção rural para o industrial causando um impacto no processo produtivo tanto no âmbito econômico quanto no social: a sociedade com modos de produção rural- centralizado na família- foi sendo substituída por um novo sistema que dissociava o espaço doméstico do espaço produtivo das indústrias, marcado pelo regime assalariado e pela invenção das fábricas (MOURÃO, 2006). As mudanças nos processos produtivos alocaram a mão-de-obra feminina do espaço doméstico para o meio industrial. Porém, com o advento das I e II guerras mundiais que as mulheres obtiveram destaque em sua participação no mercado de trabalho, pois, devido a falta de mão-de-obra masculina, ocupada com seus deveres cívicos, passaram a ocupar a posição dos homens nas atividades produtivas. Contudo seus salários continuavam a níveis exploratórios (PROBST, 2005). Consequentemente, as mulheres entraram com toda a força na atividade econômica, no pós-guerra e sua participação no mercado de trabalho vem apresentando crescimento progressivo até o primeiro decênio do século XXI.

No Brasil, a participação da mulher no mercado de trabalho ganhou notoriedade na década de 1970 (apesar de está presente nas atividades produtivas brasileiras desde o início da industrialização do país, correspondente ao final do século XIX) devido ao processo de forte desenvolvimento industrial, embora em alguns momentos de crises a economia tenha estagnado (HOLFFMANN, 2004). Conforme revelam pesquisas realizadas pela fundação Carlos Chagas (2007), nos últimos 40 anos a força de trabalho feminina vem se mantendo em constante crescimento. Nos períodos correspondentes aos anos de 1976 a 2007 houve um acréscimo de 32 milhões de trabalhadoras no mercado de trabalho brasileiro. O contingente feminino na PEA em 1976 era de 29% e em 2007 ela atingiu mais de 40%. Em contrapartida, as taxas de atividade masculinas mantiveram-se em um estágio quase estacionário, durante o mesmo período, variando entre 73 e 76%, como informam os indicadores publicados pela fundação Carlos Chagas (2007). Trata-se de um fenômeno de uma importância sem precedentes, pois, apesar de seu processo ser progressivo, repercute na família e no local de trabalho da mulher, demonstrando a mudança de valores e inversões dos papéis sociais. Já que há, cada vez mais, um número maior de mulheres é responsável por contribuir na renda familiar (IKAZI, 2002).

O aumento progressivo da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, nestas quatro décadas, propiciou os mesmos efeitos de ascensão nas trabalhadoras amazonenses. Partindo deste crescimento- no contingente de trabalhadoras amazonenses, a presente pesquisa, através de dados coletados a partir da década de 1990 até 2010, busca averiguar em que contexto socioeconômico e demográfico a mulher que trabalha na Zona Franca se encontra e quais foram as mudanças ocorridas no ambiente familiar dela, após 45 anos da criação da ZF, na cidade de Manaus. Enfatizando, especialmente, os períodos que correspondem as duas últimas décadas (1990 a 2010).

Spindel (1987) em sua pesquisa feita em algumas indústrias em Manaus, concluiu que as mulheres no Amazonas, num curto espaço de tempo, passaram de ribeirinhas a operárias. Nota-se que a partir do nascimento da Zona Franca de Manaus foi delineando-se uma nova mulher, com um índice educacional mais elevado e com novos padrões de consumo, semelhantes aos das mulheres das grandes capitais brasileiras. Muito mais que mudanças significativas no cenário econômico do estado, a ZFM foi o maior responsável pelas profundas transformações culturais ocorridas tanto na vida dos homens quanto na das mulheres amazonenses que dentro de pouquíssimo tempo tiveram que se adaptar ao modo de produção sistemática e regradada das grandes fábricas.

Apesar de haver diversos estudos que contemplem a inserção da mulher no mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto em nível mundial, poucos são os trabalhos que discutem a condição da mulher trabalhadora no âmbito regional, como os trabalhos de Moura e colaboradores (1984, 1993) são exemplos. Dadas as seguintes informações, o presente estudo propôs-se a analisar, com base no censo Demográfico de 1990 a 2010 e nos dados obtidos do Projeto de Pesquisa intitulado “Efeito sobre a Qualidade de Vida e Percepções de Risco de um Empreendimento de Refino de Petróleo no Amazonas: o caso da Refinaria de Manaus” realizado pela UFAM através do seu Departamento de Economia e Análise em parceria com o Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia- as condições em que se enquadram as mulheres que compõem o mercado de trabalho manauara, especialmente a força produtiva feminina empregada na Zona Franca de Manaus.

1.1. Objetivo da pesquisa

1.1.1 Objetivo geral:

Identificar as principais características econômicas e demográficas das mulheres inseridas no mercado de trabalho do município de Manaus durante as duas últimas décadas, com especial enfoque ao Distrito Industrial de Manaus.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Analisar o perfil das famílias chefiadas por mulheres que trabalham no Distrito Industrial, levando em consideração os aspectos econômicos e demográficos; e
- b) Comparar os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres que trabalham no Distrito Industrial.

2. A mulher no contexto histórico: discriminação e exclusão.

“Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco [...] Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não afastar da vida familiar [...]” (DEL PRIORE, 2001, p.453).

A luta da mulher para conquistar uma posição no mercado de trabalho sempre foi árdua. Persistência, eis o substantivo que melhor distingue a trajetória da mulher no ambiente considerado (até certo tempo) de domínio masculino: o meio produtivo do mercado de trabalho. Se em pleno desenrolar do século XXI, a mulher pode gozar de uma participação significativa no mercado de trabalho; este acontecimento deve-se ao processo gradual de transformações tanto de mentalidades quanto dos meios de produção na sociedade.

Contudo, independentemente, destas mudanças; ainda resiste enraizados nos sujeitos, a questão do gênero, onde é atribuído um papel social ao homem e a mulher, de acordo com padrões comportamentais vigentes no âmbito cultural que diferenciam o que é considerado “coisa de mulher” daquilo que é denominado “coisa de homem” (GUIMARÃES, 2010, p.18). Compreende-se que o papel exercido pela mulher sempre esteve relacionado ao ambiente familiar, ao trabalho doméstico, aos cuidados com a educação dos filhos, ou seja, esteve ligado a tarefas realizadas na esfera doméstica que não geram valor de troca para o mercado capitalista (CAVALCANTI, 2010, p.22).

Segundo Riani (1998, p.147), *“o mercado é o meio pelo qual os indivíduos transacionam entre si, na compra e na venda de fatores de produção e de produtos finais. [...] a medida de valor numa economia de mercado é feita através dos preços dos bens e serviços”*. Logo, o trabalho feminino realizado no meio doméstico é desprovido de valor econômico, já que, não há comercialização de bens ou serviços.

No entanto, há outro tipo de valor imputado aos serviços prestados: o valor simbólico, pois a mulher “oferta” seus serviços domésticos em troca da proteção financeira do marido. A força produtiva da mulher só é reconhecida, como dotada de valor de mercado, quando se afasta do ambiente privado e passa a exercer atividades na esfera pública. Pode-se então afirmar, que há transação comercial entre os de fatores de produção. Por outras palavras, a mulher oferta sua força produtiva (fator de produção) a um preço regulador de mercado (salário), atribuindo valor econômico as suas atividades.

Este conceito (produto do longo processo civilizatório) serve como sustentáculo para a discriminação do trabalho feminino e, principalmente, age como ativo condicionante para a segregação ocupacional por sexo. Se a questão do gênero é, ainda, um dos responsáveis pela desvalorização da força produtiva feminina, em pleno século XXI. Imagine, então, como a situação do trabalho feminino foi se configurando ao longo da história.

1.2. Condenada por ser mulher: a configuração do trabalho feminino ao longo da história.

O século XXI reflete as profundas mudanças ocorridas nas estruturas políticas, econômicas e sociais do século passado. Segundo, Guimarães (2010, p.24) o mundo do trabalho, no contexto atual, é mais democrático e exige qualificação profissional, independentemente, do sexo do indivíduo. De modo que, este novo contexto, permite a redefinição nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, adaptando-os a “*novos modos de ser e atuar coletivamente*” (Idem, 2010, p.24). Não obstante, intrínseco na consciência coletiva, está a questão do gênero: do ser ativo (homem) em oposição ao sujeito passivo (mulher) que ainda permeia as relações de trabalho. Vale ressaltar que a influência do gênero não é tão marcante como foi outrora. Porém, percebe-se seus resquícios quando analisa-se a

situação da mulher no mercado de trabalho tanto no que diz respeito a diferenças salariais quando na distinção ocupacional.

O trabalho sempre esteve presente na vida das mulheres. Principalmente, na realidade das mulheres pobres. Contudo, enfrenta-se dificuldade na diferenciação do que vem a ser atividade produtiva de mercado e a produtiva doméstica. DeGraff e Anker (2004, p.168) afirmam que quando uma pessoa *vende* para outrem sua força de trabalho por uma remuneração, trata-se de uma atividade de mercado, pois gera renda. Doutro modo, “*quando uma pessoa realiza trabalho não remunerado para uma empresa familiar que vende parte de seus produtos para gerar ingressos e consome domesticamente parte da produção*”, trata-se de uma atividade produtiva doméstica (Idem, 2004, p.168). Traçada a fronteira entre a diferenciação do que vem a ser uma atividade de mercado, da atividade que não é; pode-se abrir espaço para a contextualização histórica da mulher no mercado de trabalho.

Relatos históricos evidenciam que para uma mulher, do século XIX, fazer parte de alguma atividade produtiva significava usar seu corpo como ferramenta de trabalho, vendendo-o ou alugando-o. Ato, muito comum, no caso das prostitutas, amas de leite e domésticas (MOURÃO, 2006, p.13). Estudos de Zyllberberg-Hocquard (1987, *apud* MOURÃO, 2006, p.21) apontam que os trabalhos considerados tipicamente femininos, tidos como compatível às suas funções biológicas, estavam associados prioritariamente com a costura, confecção de corpetes e bordados.

A costura configurou-se como a atividade produtiva que mais empregou a força de trabalho feminino no século XIX, evidenciando, na época, quão correlacionados estava o meio doméstico do meio produtivo de trabalho (Idem, 2006, p.). Do mesmo modo, a costura foi crucial para o processo de formação das mulheres, pois “*servia, ao mesmo tempo, de meio de vida para as classes populares e como prática de aprendizagem profissional e caminho para a socialização, além de atividade de lazer*” (Zyllberberg-Hocquard 1987, *apud* Gardey,

2003). Além, é claro, de manter a mulher protegida do ambiente hostil do trabalho fora de casa, “salvando-a” do perigo moral; dentro do meio doméstico, de modo a não afastá-la da vida familiar (DEL PRIORE, 2001, p.516).

O homem exercia forte poder de decisão sobre vida da mulher que era tida apenas como um objeto, sujeito aos desejos masculinos. Fadada à maternidade e aos afazeres domésticos. Não obstante, era preciso dominar o sexo feminino. Então o homem exercia seu poder “disciplinador” sobre a mulher através do Estado e da Igreja. Foucault caracterizou este movimento disciplinador como a tentativa de controle sobre o corpo, no tempo e no espaço que criava “mulheres dóceis, submissas, disciplinadas e trabalhadeiras” (FOUCAULT¹, 1996, *apud* COSTA, 2005, p.232). Os internatos, conventos e orfanatos foram os grandes responsáveis por inculcar na consciência destas mulheres a reprodução deste padrão de comportamento (Idem, 2005, p.232). Mourão (2006, p.20), revela ainda que a mulher era vítima constante da dor, do sofrimento, da solidão, da humilhação; da exploração física, emocional e sexual.

1.2.1. Entre a cruz e a espada: a fatalidade do trabalho feminino.

O trabalho sempre fez parte da vida das mulheres pobres. Porém, a situação da mulher trabalhadora não era a mais propícia, já que, era mal remunerada (seu salário mal servia para garantir o sustento de seus filhos), enfrentava longas jornadas de trabalho e maus-tratos dos patrões (DEL PRIORE, 2001, p.518). Além do mais, essa mulher “*vivia cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade*”. Em outras palavras a mulher pobre tinha que seguir um comportamento que era disseminado pela ideologia dominante (classe burguesa) da época: isto é, priorizar casamento e a maternidade em detrimento da vida profissional (DEL PRIORE, 2001, p.516). Costa (2005, p.212) afirma que “*às mulheres de*

¹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir-nascimento da prisão. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

classe média e alta o trabalho externo ainda era considerado desonroso”. Se bem que foram as mulheres de elite, as primeiras a se rebelarem contra o sistema opressor em que tanto elas quando as mulheres mais pobres faziam parte (COSTA, 2005, p.212).

O trabalho assalariado era tido como uma ameaça para a reputação das mulheres. Portanto, a mulher que tentava exercer alguma atividade produtiva, mesmo àquelas tarefas ligadas ao seu ambiente doméstico, sofria constante preconceito, pois seu trabalho não era reconhecido: tinha valor secundário, servia apenas como um complemento à renda masculina. (DEL PRIORE, 2001, p.516-517). A partir desse quadro, construiu-se no ideário feminino da época, a concepção de que o trabalho assalariado era uma ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada em prol de sua verdadeira ocupação: esposa e mãe. Essa transitoriedade no mundo do trabalho acabava por cooperar (e ainda coopera, diga-se de passagem) para que os salários femininos fossem mais baixos (Idem, 2001, p.453).

2.1.1.2. O trabalho da mulher na indústria.

As inovações tecnológicas, ocorridas a partir do século XVIII, mudaram os processos produtivos causando impacto nas estruturas econômicas e sociais da época: a agricultura sendo superada, a máquina substituindo o trabalho humano, urbanização acelerada, crescimento demográfico nas cidades, as relações entre capital e trabalho se renovando, o surgimento da cultura de massas- uma “nova” sociedade delineou-se neste período (PEREIRA, 2006). Com a expansão da Revolução Industrial pelo mundo e a consolidação do sistema capitalista, em meados do século XIX, houve de vez a ruptura do sistema produtivo doméstico em substituição ao sistema fabril e, conseqüentemente, as mulheres foram, paulatinamente, saindo de seus lares para ocuparem seus lugares nas fábricas (MOURÃO, 2006, p.13).

O processo industrial no Brasil teve início no nordeste, nas décadas de quarenta e sessenta do século XIX, com a indústria de tecidos e algodão. Progressivamente, deslocou-se para a região sudeste do país (DEL PRIORE, 2001, p.580). A industrialização brasileira ganhou significância nos anos de 1880 e prosseguiu com seu desenvolvimento durante os trinta anos seguintes, concentrando suas principais indústrias-entre elas a indústria têxtil- nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (BAER, 2002, p.45-46). Segundo Baer (2002, p.47), “*a força básica que apoiou esse desenvolvimento industrial foi o incremento cafeeiro baseado na mão-de-obra imigrante livre*”, isto é, a força produtiva imigrante empregada na atividade cafeeira, foi mobilizando-se para as atividades indústrias em desenvolvimento no Brasil. E geraram não só um exército reserva do fator de produção trabalho como também deram dinâmica ao mercado de bens de consumo do país (Idem, 2002, p.47).

Em seus estudos sobre a condição histórica da mulher no país, Del Priore (2001, p.578), afirma que nas primeiras fábricas instaladas no Brasil, do século XIX, grande parte da mão-de-obra, aproximadamente 67,62%, em 1894; era constituída por mulheres imigrantes e pertencentes às camadas mais pobres da sociedade. A preferência dos industriais pela mão-de-obra feminina justificava-se por ser uma força produtiva abundante, barata, com alta taxa de rotatividade e, principalmente, por isentar suas fábricas a pagar determinados impostos. Logo, a mulher tinha que recorrer ao mercado informal de trabalho para aumentar seus rendimentos, tendo que se prostituir muitas vezes para complementar o orçamento familiar (DEL PRIORE, 2001, p.580).

Nas etapas iniciais da industrialização brasileira, devido a necessidade de redução dos custos de produção, a substituição da mão-de-obra masculina pela feminina, garantiu benefícios ao capital à custa do trabalho mal remunerado de mulheres e crianças (NOGUEIRA, 2008, p.52).

Paradoxalmente, o elevado índice de trabalhadoras assalariadas, presente no início do processo industrial brasileiro, não significou a substituição definitiva do trabalho feminino pelo masculino. *“Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina”* (DEL PRIORE, 2001, p.581).

Essa realidade foi se transformando no século XX, mais precisamente, durante as duas grandes guerras mundiais (GUIMARÃES, 2010, p.25). De acordo com a análise de Biasoli-Alves (2000, *apud* GUIMARÃES, 2010, p.26):

[...] praticamente até a Primeira Guerra Mundial, o trabalho das mulheres, sobretudo aquele que as obrigava a deixar o lar, é assimilado a um fracasso social e econômico de seu marido no prover as necessidades do casal [...].

No advento das I e II Guerras Mundiais que a mulher mostrou sua força no mercado de trabalho, ela foi incentivada a sair do ambiente familiar e a atuar no mundo produtivo. Fator influenciado pela queda na oferta da mão-de-obra masculina, pois os homens foram servir nos campos de batalha e as mulheres ficaram encarregadas de ocupar suas posições no mercado de trabalho (PROBST, 2003.p.5).

Todavia, o fim da guerra diminuiu ainda mais o contingente de mão-de-obra masculina e trouxe consigo homens mutilados, portanto, inválidos para realizarem as atividades produtivas. Logo, as mulheres necessitaram deixar definitivamente suas casas e filhos para realizarem as atividades dos maridos (PROBST, 2003, p.5).

A condição feminina redefiniu-se no período do pós-guerra e tornou-se mais estável nos países ocidentais do século XX. Essa nova condição, do lugar da mulher no mercado de trabalho, trouxe-lhe alguns benefícios, os quais deram início a grandes avanços para a força de trabalho feminina (HERNANDES, 2009, p.3). Criaram-se leis em que se estabeleciam a igualdade de oportunidade e melhores salários entre os sexos; a diminuição da carga horária;

direitos à licença maternidade e que garantia às mulheres não serem despedidas pelo “*fato da gravidez*” (PROBST, 2003, p.2).

A mão-de-obra feminina ganhou mais força no mercado de trabalho. Com leis trabalhistas que garantiam seus direitos, paulatinamente, as mulheres ganharam espaço significativo no mercado de trabalho a nível mundial, superando barreiras e muitas vezes abrindo mão do papel de esposas, mães e de donas de casa (HERNANDES, 2009, p.3).

O movimento feminista, ocorrido no final dos anos 60, veio ainda para legitimar a mudança na condição feminina, já que propunha a liberdade e igualdade entre os sexos. Conforme, Guimarães (2010, p.25) afirma: “*as mulheres passaram a encarar o trabalho fora de casa de maneira positiva e a empregar-se não apenas nos chamados trabalhos femininos tradicionais*”. De modo que as mulheres começaram a conquistar empregos melhores, acesso a profissões de nível superior, entre outras conquistas (BRUSCHINI; PUPPIN, 1994, p.2).

No Brasil, foi a partir da década de 1970, com a expansão da economia brasileira, que a participação da mulher no mercado de trabalho ganhou força. Segundo, Cabral (1999, p.63):

[...] Nos anos 70, a expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização configuram um momento de grande crescimento econômico, favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive o sexo feminino. A sociedade brasileira passou, naquela década, por transformações de ordem econômica, social e demográfica que repercutiram consideravelmente sobre o nível e a composição interna da força de trabalho. As taxas de crescimento econômico e os níveis de emprego aumentaram. O país consolidou sua industrialização, modernizou seus instrumentos produtivos e se tornou mais urbano [...] (Cabral, 1999.p.63).

Ainda de acordo com Cabral (1999, p.63) outros fatores foram responsáveis pela expressiva oferta de trabalhadoras, nos anos 70, como: a necessidade econômica; a baixa nos salários reais dos trabalhadores e; a elevação nas expectativas de consumo que obrigaram as mulheres a buscarem uma complementação para a renda familiar.

É evidente, que as mudanças na mentalidade brasileira também criaram condições para que essa participação aumentasse. A figura da mulher assalariada (muitas vezes associada à imagem da prostituta) ganhou nova interpretação: um ser pensante dotado de capacidade

intelectual e moral, equiparando-a a imagem atribuída ao homem durante séculos. (DEL PRIORE, 2001, p.604).

3. A mulher no mercado de trabalho atual: o caso Brasil

Segundo dados publicados pela Fundação Carlos Chagas, em 2007. O comportamento da força de trabalho feminina, durante os últimos 40 anos, vem se mantendo em progressivo crescimento. Nogueira (2008), afirma que nos anos 70 desenvolveu-se *o processo de “conscientização da luta pela emancipação da mulher”*. Portanto, a mulher tomou consciência de seu papel com agente atuante no mercado de trabalho e , mais do que nunca, passou a lutar por sua emancipação econômica.

A evolução da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro passou de 14,6% em 1950 para 18,2% em 1970 para 26,6% em 1980 e para 40,4% em 1997(GUIMARÃES, 2010.p.32). Porém as características da inserção das brasileiras no mundo produtivo do trabalho nem sempre é motivo de vitória. Araújo et al. (2007,p.12) afirmam:

[...] a entrada das mulheres no mercado de trabalho é marcada pelas desigualdades da sociedade brasileira. A presença feminina na PEA se concentra em ocupações no mercado informal, em áreas consideradas tradicionais para o sexo feminino, ou mesmo em atividades sem remuneração para consumo próprio e familiar [...].

Nos períodos correspondentes aos anos de 1976 a 2007 houve o acréscimo de 32 milhões de brasileiras no mercado de trabalho. O que comprova, estatisticamente, que as mulheres desempenham um papel muito mais expressivo do que o homem no crescimento da população economicamente ativa (BRUSCHINI et al. 2007). A Feminização do mundo do trabalho é cada vez mais intensa e produtiva, porém tem sido marcada pela baixa remuneração e pela precariedade do trabalho (NOGUEIRA, 2008, p.59). Quando se compara os

rendimentos femininos, em todas as faixas salariais, com o masculino, é predominante a presença da mulher recebendo salários menores, ressaltando a desigualdade dos valores pagos para “os trabalhos realizados conforme o sexo” (NOGUEIRA, 2008).

O contingente feminino atuante na PEA em 1976 era de 29%. Em 2007 ela atingiu mais de 40%. Conforme indicam as pesquisas de Bruschini et al.(2007), as taxas de atividade masculinas mantiveram-se em um estágio quase estacionário, durante o mesmo período, variando entre 73 e 76%. Enquanto que a atividade feminina se ampliava significativamente. Contudo, a acelerada entrada da mulher brasileira no mercado de trabalho não é suficiente para equiparar a taxa de empregabilidade masculina com a feminina: a taxa de homens empregados ainda é maior do que a das mulheres (ARAÛJO et al. 2007,p.12).

Vale salientar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho é diferente da dos homens². Como supracitado, apesar da taxa de participação feminina crescer acentuadamente e continuamente, ela é ainda menor do que a dos homens. Isto em razão das mulheres ocuparem postos de trabalho temporários e menos estáveis que a dos homens.

Se em 1976, 29% das mulheres brasileiras trabalhavam³, esta porcentagem aumentou para 53% em 2007, segundo dados fornecidos pelas PNADS. Porém, apesar das atividades femininas manterem-se em franca expansão, os lugares mais privilegiados, no conjunto da hierarquia dos empregados, ainda pertencem aos homens. Pois, “*ascender a postos de alto nível é muito mais fácil para os homens do que para as mulheres, mesmo quando eles estão menos preparados do que elas*” (GUIMARÃES, 2010, p.34).

Cabem as atividades informais, não remuneradas e ao trabalho doméstico a responsabilidade em empregar maior parte da mão-de-obra feminina, ou seja, a força

² Ver Nogueira, CM. “O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil”. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

³ 1960 a 1970- período marcado pela segunda “onda” da revolução feminista. A emergência do feminismo como movimento social, como lembram Costa, Barroso e Sarti (1985), criou ainda as condições necessárias para a legitimação da condição feminina. Segundo Mourão (2006, p.13) o feminismo via no trabalho um potencial transformador, uma estratégia possível de emancipação da mulher de seu papel doméstico subjugado na família.

produtiva da mulher é absorvida pelos setores de atividade tipicamente femininos (BRUSCHINI et al. 2007).

O trabalho feminino não depende apenas da demanda do mercado e de suas qualificações para atendê-la. Ele surge da interação entre as características pessoais e familiares de cada mulher. Fatores como: filhos, associada com a jornada de trabalho, a posição que ocupa no grupo familiar (como esposa, chefe de família, etc.), a necessidade de prover ou complementar a renda do lar- são decisivos na escolha das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI et al. 2007).

A oferta da mão-de-obra feminina vem se transformando no decorrer dos anos. Apesar de haverem obstáculos que dificultem a dedicação das mulheres ao trabalho e todem a sua capacidade como profissional. A necessidade de conciliar a vida “laboral” com suas responsabilidades na vida familiar regula a escolha das mulheres por ocupações que lhe permitam maior flexibilidade em sua jornada de trabalho (ARAÚJO et al. 2007,p.13). Todavia, as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos, estando empregadas ou não. São sobrecarregadas por executarem tantos suas atividades produtivas como seus afazeres domésticos, realizando a, comumente, chamada dupla jornada de trabalho. Segundo Bruschini (2007, p.57):

[...] as mulheres que mais trabalham na atividade produtiva são aquelas que mais trabalham na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e dificuldade de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais[...].

O trabalho não remunerado é realizado, em grande parte, pelas mulheres na esfera privada, isto é, a mulher dispende muito do seu tempo realizando tarefas domésticas. Simplesmente, pelo fato de ser visto “*como um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca de sustento*” (SORJ, 2004 apud BRUSCHINI, 2006 p.21). Por seu desenvolvimento profissional ser muitas vezes limitado, cercado por baixos salários e

empregos de menor qualidade, as mulheres, em certas ocasiões, priorizam sua vida familiar em detrimento da profissional (BRUSCHINI, 2006 p.32).

No entanto, apesar de possuírem uma carga horária extra de trabalho doméstico, as mulheres que enfrentam as divergências impostas entre a sua reprodução no papel social e a sua ocupação profissional, são as que mais se dedicam aos seus empregos no mercado de trabalho formal (BRUSCHINI; LOMBARDI et al. 2007).

3.1. Nível educacional da mulher brasileira

Analisando o período correspondente ao final do século XX e início do XXI, 40 a 50% dos homens e das mulheres tinham menos de 4 anos de estudo. No entanto, o nível de instrução da população brasileira aumentou. Por conseguinte, verificou-se o crescimento na educação feminina. O índice educacional das mulheres superou em 9 anos a mais em comparação com o nível de escolaridade masculino (BRUSCHINI et al. 2007).

A crescente busca por conhecimento foi impulsionada pela vontade das mulheres em ingressarem mais preparadas para o ambiente do mercado de trabalho. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) indicam que a presença da mulher no ensino superior e no ensino médio é marcante: 63,9% das brasileiras chegam a concluir o ensino superior (ARAÚJO et al. 2007,p.14).

Segundo Bruschini e Lombardi (2007) em pesquisa realizada em parceria com a Fundação Carlos Chagas:

[...] O maior nível escolar feminino é o maior responsável por sua introdução no mercado de trabalho. Do ensino médio até ao superior prevalece a presença das mulheres. Entre os que têm de 9 a 11 anos de estudo, mais da metade são mulheres e entre os que possuem mais de 12 anos de estudo, 57% provem do sexo feminino (no ano de 2007). De acordo com o Censo Escolar, de 2006, 54% das matrículas e 58% das conclusões eram femininas. Segundo informações do Censo do Ensino Superior, em 2007, mais da metade dos ingressantes e 60% dos concluintes são mulheres [...]

Quanto maior for o nível escolar da mulher maior será, então, sua atividade no mercado de trabalho. As mulheres que possuem 15 anos ou mais de estudos (no caso ensino superior) são as mais atuantes nas atividades produtivas, devido as exigências do mercado formal de trabalho que parece demandar maior nível de escolaridade do sexo feminino do que do sexo masculino, para a ocupação dos cargos que requerem níveis de instrução médio ou superior (BRUSCHINI et al. 2007).

Não obstante, a desigualdade salarial, entre os sexos, não diminui na proporção em que a escolaridade das mulheres aumenta. Apesar de estar mais preparada para o mercado de trabalho, a brasileira ainda ganha um salário, muitas vezes, não compatível com seu nível educacional (ARAÚJO et al. 2007, p.14). De acordo com os indicadores divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003, os homens (com nível superior de ensino) 52,8% receberam mais de dez salários mínimos em comparação com as mulheres portadoras do mesmo nível de escolaridade que receberam apenas 30,1% (GUIMARÃES, 2010, p.33). Segundo Mourão (2006, p.15), as mulheres ganham menos que os homens independentemente do setor de atividade econômica em que trabalhem. Até nos ramos considerados tradicionalmente femininos seus salários são menores. A disparidade salarial piora quando as trabalhadoras, em questão, são mulheres negras que chegam ganhar até 60% a menos do que um homem branco (GUIMARÃES, 2010, p.33).

Paulatinamente, esse perfil de desigualdade de salários e ocupações entre os sexos vem se alterando. Inegavelmente, a mulher vai ocupando espaço em profissões de prestígio que pagam altos salários. No entanto, esse panorama reflete *“a divisão econômica e social do país, pois o acesso a empregos mais qualificados e com remuneração digna não está ao alcance da maioria da população feminina”* (ARAÚJO et al. 2007, p.13).

Segundo dados do Censo 2010 divulgados pelo IBGE, o salário feminino cresceu cerca de três vezes mais do que os dos homens e contribuiu para diminuir a disparidade entre os rendimentos. Mesmo assim, as brasileiras continuam ganhando menos do que os homens, o

que corresponde a cerca de 73,8% do pagamento masculino. A diferença no rendimento entre homens e mulheres é justificada pelo fato das mulheres empregarem-se em setores de atividade econômica que oferecem a menor remuneração, como por exemplo, profissões envolvidas com a prestação de serviços domésticos e não especializados (DIAS, 2004, p.24).

Especialistas em estudos femininos notaram que há uma formação de “nichos” ocupacionais da mulher no mercado de trabalho. No banco de dados da Fundação Carlos Chagas, especializado em estudos sobre a condição feminina no mercado de trabalho, BRUSCHINI et al (2007) confirmam:

[...] para o grosso do contingente feminino, as chances de trabalhar são maiores em determinados setores econômicos - principalmente o setor de Prestação de Serviços-e em grupos de ocupações típicos desse setor, nos quais sua presença já é tradicional, como professoras, pessoal de enfermagem, secretárias, recepcionistas. Representam, portanto, continuidades no padrão de ocupação das mulheres. Os homens, por seu lado, têm maiores chances em trabalhos de produção de bens e serviços industriais, de reparação e manutenção [...].

Nota-se preferência do sexo feminino por algumas áreas específicas do conhecimento. No ensino profissionalizante o interesse da mulher volta-se para os cursos de imagem pessoal, desenvolvimento social e lazer, saúde, turismo e hospitalidade (BRUSCHINI et al. 2007). No ensino superior o panorama não muda muito já que as áreas mais procuradas pelas mulheres são a da educação, saúde, humanas e artes⁴. A teoria neoclássica, que busca explicitar a desigualdade entre os gêneros no mercado de trabalho, justifica a preferência por esses setores, como uma escolha racional das mulheres devido suas diminutas oportunidades e expectativas no mercado de trabalho (DEGRAFF E ANKER, 2004, p.165).

4. Do Brasil ao Amazonas: o caso Zona Franca de Manaus

Como supramencionado, os anos de 1970 foram um marco para o progressivo aumento da oferta de mão-de-obra feminina no Brasil. Porém esse crescimento ainda não foi

⁴ Seria aquilo o que consideram profissão por sexo: a mulher por possuir inclinações maternas, aplicaria sua maternidade – muitas vezes retardada – em cursos que envolvem cuidado com as pessoas.

suficiente para diminuir as disparidades de gênero no mercado de trabalho. Afirmam DeGraff e Anker (2004, p.164) que essas disparidades são marcadas por aspectos como: a participação diferenciada na força de trabalho; a segregação ocupacional por sexo; salários menores recebidos por mulheres e; assédio sexual no local de trabalho.

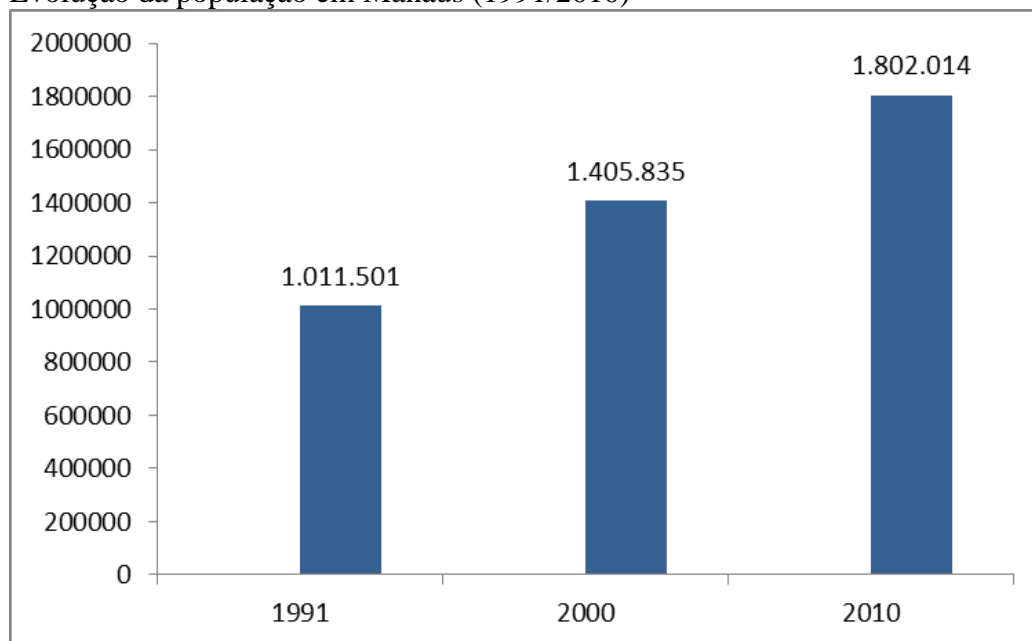
No Amazonas, especificamente, em Manaus, o processo não foi diferente do resto do país e teve como motor propulsor a instalação da Zona Franca de Manaus que não promoveu apenas mudanças no cenário econômico, demográfico e social do estado como também causou uma metamorfose no modo como os amazonenses se relacionavam com o trabalho, condicionando-os a padrões de conduta parecidos com os dos trabalhadores das grandes economias, acostumados com o rigoroso sistema fabril.

De acordo com dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de habitantes na cidade de Manaus passou de 1.011.501 pessoas nos anos 90 para o contingente demográfico de 1.802.014 milhões em 2010, como mostra a figura 1. Isto é, experimentou uma taxa crescimento anual de 2,39%, apesar do arrefecimento no crescimento demográfico, desde a década de 90, causada pela “*queda da fecundidade e a desintensificação dos fluxos migratórios para o Estado*” (TEXEIRA E BRASIL, 2008). Em síntese, Manaus continua ascendendo demograficamente, configurando-se como uma, dentre as capitais brasileiras, que mais crescem; porém a uma taxa considerada moderada.

O modelo da ZFM acabou por promover o deslocamento da população- tanto do interior do Estado quanto de outros Estados brasileiros. Consequentemente, Manaus sofreu o aumento significativo de seus índices demográficos e tornou-se um importante foco de atração migratória (BRASIL, 1997). Como salienta Spindel (1987, p.5):

[...] oportunidades de trabalho criadas pela dinamização econômica, inicialmente produto da abertura da Zona Franca de comércio e posteriormente da construção, instalação e funcionamento do Distrito Industrial, foram sem dúvida o forte fator de atração e fixação dessas populações na região [...].

Figura 1
Evolução da população em Manaus (1991/2010)



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria

A cidade de Manaus passou por um intenso processo de urbanização com a adoção do modelo ZF. O crescimento experimentado por esse modelo mostrou-se concentrador, pois desenvolveu o meio urbano provocando o esvaziamento do meio rural (CAVALCANTI, 2010, p.31). De acordo com Teixeira e Brasil (2008), a concentração populacional na área urbana da cidade é expressiva, correspondendo a quase 100 %. Nitidamente o município aglomera menos de 1% do seu contingente populacional nas áreas rurais.

4.1. Breve histórico da Zona Franca de Manaus

A Zona Franca foi implantada em Manaus, em fevereiro de 1967, objetivando garantir a ocupação da região norte através de uma área de livre comércio, importação e incentivos fiscais criando no ambiente amazônico, um centro comercial, industrial e agropecuário e, é claro, gerando empregos á população (SPINDEL, 1987, p.2).

O projeto Zona Franca de Manaus originou-se em 1957. No entanto, a sua implementação só foi possível, após reformulação, em 1967, com a regulamentação do decreto

de sua criação, possibilitado através do regime militar que perseguia a doutrina da segurança nacional e a tão desejada integração nacional. Munida com um arranjo poderoso de incentivos fiscais, a ZF surgiu com desígnio de desenvolver a economia amazônica estagnada desde o ciclo áureo da borracha e, por conseguinte, de seu inexpressivo fortalecimento durante a II Guerra Mundial. Estabeleceu-se por meio de três pólos- o comercial, o industrial e o agropecuário- na cidade de Manaus.

Naturalmente, a escolha pela capital amazonense, assegurou-se pela estratégia do governo em incorporar as importantes reservas naturais do estado e da sua biodiversidade ao resto do país, associadas, ainda, com questões de cunho geopolítico (PEREIRA *et al*,2010,p.12) . O Governo federal por intermédio do Plano de Ação Econômica executou no âmbito do desenvolvimento regional a chamada operação Amazônia que reordenou as formas de intervenção política, econômica e institucional do Estado na região (PULGA, 2004, p.2).

Para garantir o desenvolvimento socioeconômico e a proteção das fronteiras do território amazônico, o governo instituiu os órgãos do Banco da Amazônia (BASA), Superintendência da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), estendeu os benefícios fiscais e abriu um fundo de crédito para o setor privado sob a responsabilidade destes órgãos (THURY, 1996, p.6-9).

Os investimentos conjecturados para a ZFM, especialmente, para a implantação de seu Distrito Industrial complementaram as aplicações de capital em obras de infraestrutura, além de fomentar os projetos de atividades voltadas para o ramo da agropecuária, de exploração madeireira, mineral, industrial, de serviços e de formação técnica, provocando a modernização da capital amazonense (FREITAS, 1992, p.128).

Este processo de modernização elevou a cidade de Manaus como umas das Aglomerações Industriais que mais cresceram em seus anos iniciais. Não obstante, as medidas protecionistas adotadas pelo governo brasileiro, foram responsáveis pela atração de indústrias.

Além do mais, esse fator proporcionou o desenvolvimento de atividades que não necessitavam mais das vantagens naturais existentes na região, induzindo a instalação de subsidiárias multinacionais e empresas do sudeste do Brasil, detentoras de inovações tecnológicas (THURY, 1996, p.10). Portanto, criou mais dinamicidade ao Pólo industrial em detrimento aos outros três núcleos criados na ZFM.

A Zona Franca de Manaus possui uma forte relação comercial com o exterior, já que, os elementos que compõem os bens produzidos ali são importados, geralmente dos países asiáticos e norte americanos. A produção industrial é voltada para o abastecimento do mercado interno e as poucas exportações são destinadas aos países latinos americanos e aos Estados Unidos. Outra característica marcante da ZF é a concentração setorial da sua indústria, sendo que o setor eletroeletrônico, o de bens de informática e o de duas rodas respondem por 75% do faturamento do PIM (PEREIRA *et al*,2010,p.13).

A ZFM, tendo como fundamento de sustentação, o pólo industrial, transformou Manaus na maior responsável por promover a economia e, certamente, é o principal gerador de emprego do Estado do Amazonas (GUIMARÃES; CAVALCANTE, 2010): o PIM emprega, atualmente, cerca de 103.563⁵ trabalhadores, entre efetivos e temporários.

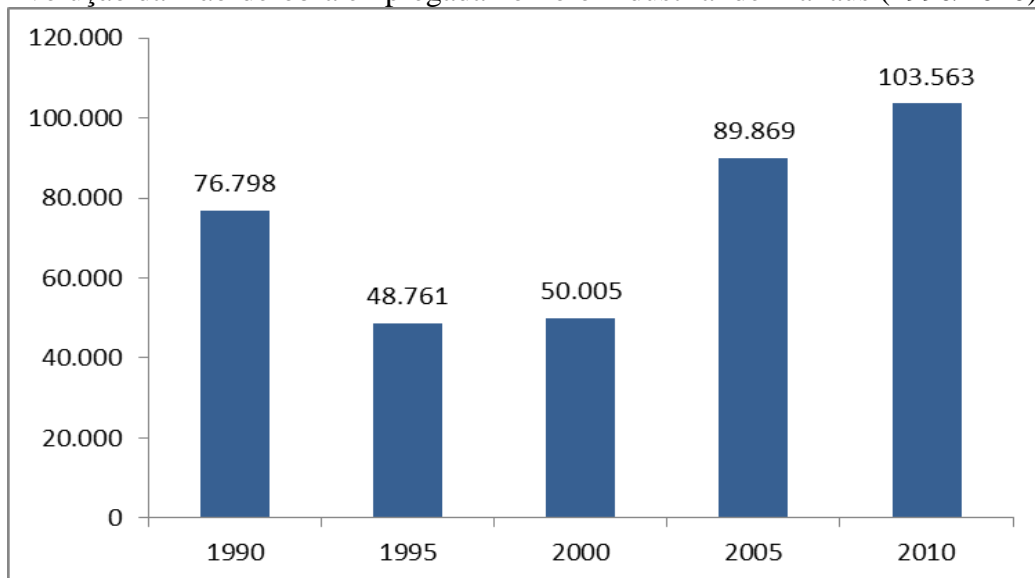
O gráfico 2 mostra a evolução do emprego no PIM, nos últimos Nos anos 90 o PIM empregava 76.798 de trabalhadores, porém “o início dos anos 90 foi uma época de redefinição do regime da ZFM, com mudanças nos critérios para concessão dos benefícios fiscais e tributário” (PEREIRA *et al*,2010,p.19). É evidente, que o processo de “reestruturação”, pelo qual, a ZFM foi submetida, causou a recessão econômica na cidade de Manaus, no decorrer dos anos 90, já que, os produtos do PIM passaram a concorrer com os produtos importados no mercado brasileiro. Naturalmente, os bens da indústria local tinham baixa competitividade em relação aos bens internacionais, pois não eram dotados das

⁵ Relatório de indicadores de desempenho do PIM 1988-2010 (www.suframa.gov.br). O valor acima corresponde ao ano de 2010.

inovações tecnológicas como os importados e, portanto, eram pouco atraentes aos consumidores brasileiros.

A baixa competitividade dos produtos do PIM provocou o fechamento de fábricas e linhas de produção, refletindo negativamente, no contingente de mão-de-obra empregada nas indústrias do Pólo Industrial (PIMENTEL, 2002, p.66). Durante a década de 90, os primeiros anos da crise, a taxa do nível de emprego sofreu queda anual de 4,20%. Contudo, o nível do emprego no PIM foi se recuperando a partir dos anos 2000, chegando a apresentar o crescimento de 1,51% anualmente (ver figura 2).

Figura 2
Evolução da mão-de-obra empregada no Pólo Industrial de Manaus (1990/2010)



Fonte: SUFRAMA. Relatório de desempenho do PIM 1988-2010. Elaboração própria.

Apesar da forte recessão econômica presenciada pela ZFM, este modelo centralizador foi responsável pelo desenvolvimento da economia amazonense e mudou drasticamente os costumes dos homens e das mulheres desta sociedade. Transformou não apenas a dinâmica econômica de Manaus como também foi responsável pela inversão de papéis de sua população: “*de ribeirinhos á operários em menos de uma década*” (SPINDEL, 1987, p.2).

5. Desenvolvimento

5.1. Características da mão-de-obra feminina amazonense

As especificidades das relações de trabalho entre os homens e mulheres, do ponto de vista, nacional também se reproduzem no seio da ZFM, porém certas características como a “juventude” da mão-de-obra empregada na indústria local e grau de instrução diferenciam os trabalhadores da ZFM do restante do país (PEREIRA *et al*,2010,p.14).

A força de trabalho feminina empregada no pólo industrial, nos anos iniciais, era predominantemente, composta por mulheres muito jovens, variando entre a faixa etária que correspondia dos 18 aos 25 anos (MOURA *et al*, 1984). Segundo Pereira *et al*(2010,p.33), a juventude da mão-de-obra amazonense ocorre porque

[...] provavelmente, como nesta região a indústria foi retardatária em relação à industrialização nacional sua mão-de-obra é mais jovem, pela menor tradição industrial da região. A composição da indústria local reforça para tal perfil, visto que esta concentração da mão-de-obra nas faixas mais jovens é ainda maior no setor eletroeletrônico. Esse fenômeno é ainda mais forte para as trabalhadoras do Amazonas: quase 80% das trabalhadoras estão concentradas nestas faixas etárias, que também são as mais fecundas do ponto de vista da maternidade [...].

Em relação ao gênero, as mulheres da região tem uma diferença salarial menos acentuado do que a média nacional. Refletindo que essas mulheres tem o nível médio de qualificação maior do que os homens. Diferentemente, do restante das mulheres brasileiras, a amazonense dispense, aparentemente, uma quantidade menor de seu tempo na reprodução de seu papel social (trabalho doméstico). Contudo, em comparação, com o tempo gasto de homens em afazeres domésticos, a diferença ainda é expressiva (Idem, 2010, p.14).

O perfil da amazonense é fruto das mudanças geradas pela fixação da Zona Franca em Manaus, pois essa mulher “*deixou de ser apenas dona de casa ou de cuidar dos afazeres domésticos para ganhar espaço no mercado de trabalho compatível com a sua participação demográfica*” (CAVALCANTI, 2010, p.16).

As transformações ocorridas nos costumes das mulheres amazonenses foram drásticas: de ribeirinhas a operárias, em um curto período de tempo, já que a principal atividade produtiva realizada era a extrativista. Acostumar-se ao meio industrial delineou-se numa passagem penosa, pois essas mulheres tiveram que se moldar ao rigoroso ambiente fabril. E seus comportamentos considerados “peculiares”, frutos da herança indígena, lhe causaram problemas- com seus empregadores- na adaptação à atividade industrial (SPINDEL, 1987). Porém a ação dessas mulheres era essencial para mover as engrenagens do pólo industrial, visto que, as atividades da indústria eletroeletrônica são intensivas em mão-de-obra e exigem equilíbrio motor e cuidados visuais na certificação dos produtos (MOURA *et al*, 1984).

O trabalho da mulher foi marcante no processo de implantação da Zona Franca, em virtude de, nos primórdios do pólo industrial a mão-de-obra ser inelástica por Manaus não possuir um excedente efetivo de força de trabalho, isto é, a cidade não tinha um exército de trabalhadores reserva capazes de suprir as demandas das empresas do PIM (Spindel, 1987).

Vale ressaltar ainda que, por obter maior privilégio fiscal, o setor eletroeletrônico foi o maior responsável por empregar 75% da força produtiva feminina, nos anos iniciais das atividades do PIM. Em 2010, as mulheres ocupavam no PIM 32.032⁶ postos de trabalho.

Como afirma Moura (1984):

[...] as demais indústrias nacionais e multinacionais distribuem sua produção nos setores relojoeiros, de material de transporte, metalúrgico, de materiais plásticos e óticos, entre outros, com uma participação média de 65% de força de trabalho feminina para as atividades de montagem. Também para “embelezamento” dos produtos como nas indústrias de bicicletas e de motos onde cabe às mulheres retocar a pintura e colar adesivos [...].

Essa contratação maior do sexo feminino devia-se ao fato das atividades, no setor de eletroeletrônico, exigirem maior destreza manual, atribuída ao gênero, para a montagem e aperfeiçoamento de seus produtos. Além do mais as empresas preferiam mulheres muito

⁶ Relatório de indicadores de desempenho do PIM 1988-2010 (www.suframa.gov.br).

jovens, com traços asiáticos e provenientes do interior. E essa mulher, acima de tudo, *“deveria adotar uma conduta reservada e concentrada”* (DIAS, 2004, p.24).

Nos anos 80 trabalhar no distrito industrial tinha significado especial para as mulheres amazonenses: as mulheres que lá eram empregadas tinham status, pois tanto a remuneração quanto as condições de trabalho eram superiores a das demais oferecidas na região (SPINDEL, 1987). No entanto, a chamada vida útil de trabalho, realizado por essas mulheres, tinha um prazo que durava até quatro anos, neste período, já desgastadas por realizarem as atividades repetitivas; apresentavam queda em sua produtividade e eram rapidamente substituídas por mulheres mais jovens e mais fáceis de serem educadas de acordo com as normas da empresa (SPINDEL, 1987).

As mudanças na elasticidade da mão-de-obra amazonense impulsionaram as mulheres a melhorarem seu nível educacional. Portanto, as mulheres, empregadas no distrito industrial, tinham o nível educacional (correspondente a nove anos a mais) maior comparado ao nível de escolaridade do restante da população do município. As mulheres eram maioria com o ensino médio completo, no entanto, esse índice apresentava queda quando se tratava de ensino superior: os homens ainda possuíam vantagem em relação às mulheres, neste quesito (Idem, 1987).

Segundo dados censitários do IBGE, nos anos 1970, marco no processo de industrialização do Amazonas, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho era 12,97% já a taxa de participação masculina era bem superior e correspondia a 72,02% (CAVALCANTI, 2010, p.37). Já nos anos 2000, a taxa de participação feminina alcançou a taxa de 40% (Idem, 2010, p.37). Assim como acontece no restante do país, o índice da participação da mulher no mercado de trabalho local cresce paulatinamente e a níveis satisfatórios.

5.2 A mulher amazonense e sua experiência no mercado de trabalho

Desde a década de 70 que a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro apresenta-se em constante progressão que repercute até os anos 2010. Dados indicam que em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam. Quase 40 anos depois, em 2007, o cenário econômico e social é outro; este número aumentou drasticamente para 52,4% (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007).

A experiência vivenciada pelas mulheres amazonenses não foi diferente e foi potencializada com a adoção do modelo da Zona Franca de Manaus que, não só, desenvolveu a economia do Estado como também foi responsável pela mudança nos costumes da população da sociedade amazonense (CAVALCANTI, 2010; SPINDEL, 1987).

O modelo da Zona Franca de Manaus encontrou no seu pólo industrial a base para desenvolvimento econômico da cidade. Logo, o pólo industrial foi o mais beneficiado com os incentivos fiscais concedidos para a implantação da Zona Franca: foi no setor eletroeletrônico que 2/3 da força de trabalho feminina estava empregada (SPINDEL, 1987), pois as mulheres eram mais eficazes com trabalhos manuais e as atividades no setor eletroeletrônico exigiam (exigem) mais cuidados nas montagens de seus produtos. De acordo com Moura, *et al* (1984):

[...] além de suas habilidades manuais a sua condição de submissão lhe dá preferência ao sexo masculino, apresentando-se como tipo ideal para uma nova forma de relação de trabalho que impõe a disciplina, o controle direto e a subordinação a esquemas rígidos de produção [...].

Para a mulher amazonense trabalhar no distrito significava alcançar status social, nem tanto pelo valor subjetivo, mas sim pelo fator financeiro, pois muitas dessas mulheres eram provenientes do interior do Estado e, salvo raras exceções, vinham trabalhar como empregadas domésticas para que assim pudessem dar continuidade aos seus estudos e, conseqüentemente, seguirem como operárias (BARBOSA, 2007). Então trabalhar no distrito, nos anos 80 era sinônimo de bons salários e ótimas condições de trabalho (SPINDEL, 1987).

A rigidez na seleção dos trabalhadores para ocuparem vagas no distrito foi decisiva para que a mulher amazonense buscasse melhorar sua educação. Nos anos 80 a mulher empregada no distrito tinha um índice educacional superior ao do restante da população local. Contudo, os níveis educacionais masculinos ainda eram superiores aos femininos.

A presença da mulher amazonense com o nível médio completo ainda é maioria, e mostrou superação em relação ao nível de educação superior, nota-se uma inversão nos papéis: as mulheres graduadas superaram o número de homens com ensino superior completo, de acordo com os dados do IBGE, 2010. A força feminina empregada no pólo industrial constituía-se, nos anos 1970 a 1980, preferencialmente, de mulheres muito jovens (na faixa etária dos 18 aos 25 anos) e esta preferência ainda é muito observada em 2010. Porém, constata-se que houve um envelhecimento na força produtiva amazonense. Ou melhor, a vida útil de uma operária, atualmente, corresponde a faixa etária dos 20 até os 34 anos de idade.

5.3. Traçando o perfil da cabocla operária: o que os dados censitários revelam sobre a presença da amazonense na força produtiva do trabalho.

Os dados demográficos são cruciais para compreender as particularidades da população feminina. Não só para analisar a sua participação no mercado de trabalho, como também, serve para conhecer o seu contexto social. Da onde vieram? Para onde vão essas mulheres? Os dados oferecerem a visualização das mudanças ocorridas nas estruturas econômicas e sociais numa sociedade. Logo, as taxas refletem a ação do passado atuando como agente transformador nas estatísticas demográficas do futuro.

No município de Manaus, os dados evidenciam que a presença da mulher é marcante na composição de sua população, contando com cerca de 922.272 mil mulheres (IBGE/2010). Principalmente, no que diz respeito a ocupação da área urbana. O período de análise da presente pesquisa (1991 a 2010) mostrou, nesses três últimos censos, uma proporção

ligeiramente maior de mulheres, em relação a de homens, residentes na capital do Estado. Inversamente, a presença do sexo masculino é mais acentuada na ocupação da área rural do município (ver tabela 1). A vantagem percentual de homens na zona rural se deve pela maior empregabilidade da força braçal nas atividades econômicas da área, atribuindo vantagem comparativa da mão-obra-masculina em relação à feminina.

Tabela 1
Composição da população por situação de domicílio, segundo sexo.
Cidade de Manaus- (1991/ 2010)

Situação de domicílio (%)	1991		2000		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Urbano	48,8	51,2	48,7	51,3	48,8	51,2
Rural	53,3	46,7	55,1	44,9	54,7	45,3

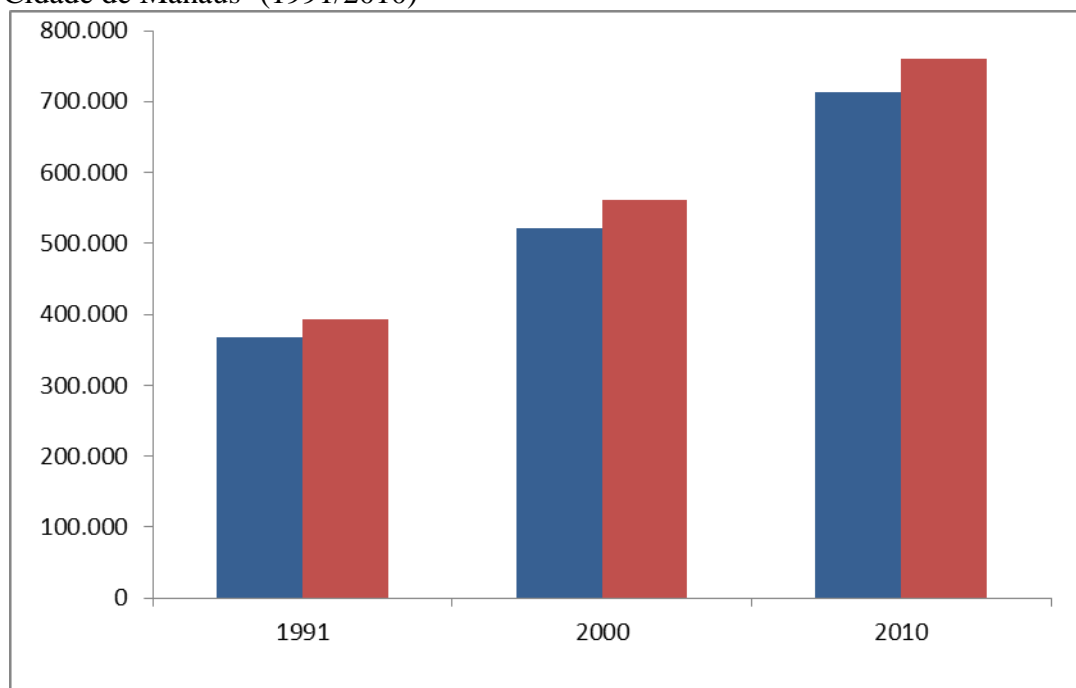
Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria.

Esse fenômeno, de “feminização,” da população manauara, decorre do fato da mulher ter “*superioridade na migração de curta distância (com origem no interior do Estado)*” (CAVALCANTI, 2010). Ou seja, para mulher é mais fácil migrar a distâncias consideradas curtas (dentro do próprio Estado) do que se aventurar a percursos que ultrapassem as fronteiras de sua região. O mesmo comportamento, todavia, não é observado nos homens, já que preferem o tipo de migração interestadual.

O dinamismo industrial causado pela implementação da ZFM, colaborou para a migração das amazonenses do interior para a capital. O Pólo industrial absorve a mão-de-obra de 35% das mulheres residentes na capital (PEREIRA *et al*,2010). Seduzidas pela possibilidade de emprego no PIM, muitas mulheres migram de suas comunidades (em muitos casos, ribeirinhas) na busca de ascensão social e melhores condições de trabalho (CAVALCANTI, 2010). Conseqüentemente, 51,2% do contingente feminino se localiza na área urbana de Manaus. A composição domiciliar e evolução (expansão demográfica) da população manauara, certamente, foi um dos produtos, do progresso econômico, criados a partir da Zona Franca.

Deste modo, é de suma importância identificar a População em Idade Ativa - PIA e a População Economicamente Ativa – PEA, com a finalidade de localizar a participação feminina nesses contextos e, assim, acompanhar as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos. De acordo com o IBGE, a PIA é a classificação etária onde um conjunto de pessoas- (a partir dos 10 anos), são consideradas aptas, teoricamente, a exercerem algum tipo de atividade econômica. A PEA, por outro lado, compreende a população que de fato participa das atividades de algum setor produtivo, ou seja, a mão-de-obra ocupada e desocupada.

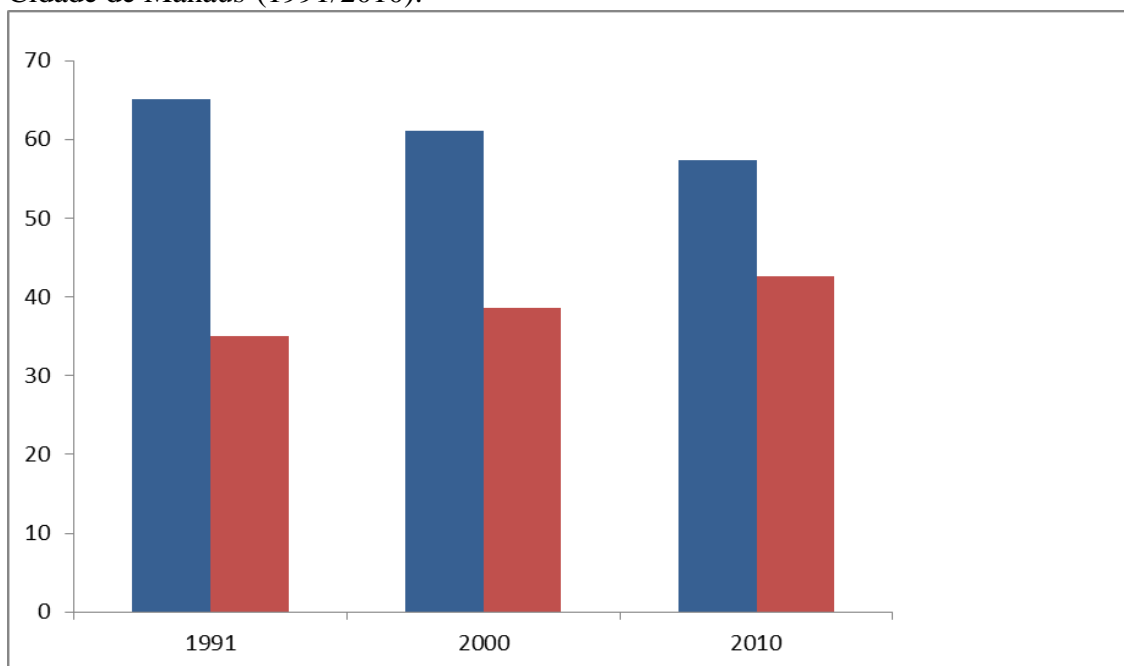
Figura 3
Evolução da População em Idade Ativa por sexo
Cidade de Manaus- (1991/2010)



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria.

A figura 3 mostra a evolução da PIA em Manaus, apontando o crescimento semelhante entre os sexos, já que “a proporção de homens e mulheres na população total é quase a mesma” (CAVALCANTI, 2010). Contrariamente, quando se analisa o comportamento da População Economicamente Ativa, as disparidades entre os gêneros dão seus primeiros indícios.

Figura 4
Composição da População Economicamente Ativa por sexo
Cidade de Manaus-(1991/2010).



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria.

Considerando a PEA do município, presencia-se o aumento significativo da mão-de-obra feminina nas atividades econômicas, como se pode constatar na figura 4. Registrando, durante os vinte anos de análise, uma taxa de crescimento anual de 10,47%. As estatísticas mostram ainda que, em Manaus, houve uma desaceleração no crescimento da PEA masculina, apresentando o incremento anual de apenas 6,97%. Contudo, os perceptíveis avanços, nos índices de crescimento na taxa de atividade feminina, ainda não conseguiram equiparar-se com a taxa de participação masculina: eles ainda são maioria na População Economicamente Ativa de Manaus.

Esses dados revelam que a elevada participação da mulher no mercado de trabalho local, acompanha a realidade vivida pelas mulheres do restante do país. Acompanha também outra triste realidade, pois *“apesar do considerável avanço, as mulheres ainda estão longe de atingir, seja as taxas masculinas de atividade, superiores a 70%, seja o número de empregados e ocupados”* (BRUSCHINNI,2007).

Outro ponto relevante á pesquisa foi a constatação de que na força de trabalho da amazonense prevalece a presença de pessoas muito jovens. A PEA feminina concentrou-se, principalmente, no grupo etário de 20 a 34 anos. Esses dados apenas confirmam que a preferência, do mercado de trabalho local, por mulheres jovens, não se alterou durante estes vinte anos. Isto ocorre, *“provavelmente, porque nesta região a indústria foi retardatária em relação à industrialização nacional sua mão-de- obra é mais jovem, pela menor tradição industrial da região.”* (PEREIRA et al,2010).

No tocante aos ramos de atividade. A participação da mulher manauara se destaca nos setores (considerados tipicamente femininos) de atividade ligada aos ramos da saúde, serviço doméstico e setor social- nos três censos seguidos, como se pode observar na tabela 2.

Tabela 2
Composição dos Ramos de Atividade por sexo
Cidade de Manaus-(1991/2010)

Ramos de atividade 2010	(%)	
	Masculino	Feminino
Indústrias de transformação	18,0	13,4
Comércio	19,1	19,9
Alojamento e alimentação	3,5	6,6
Administração pública	7,1	6,1
Educação	2,9	8,3
Saúde humana e Serviços sociais	1,7	6,2
Serviços domésticos	0,7	13,1

Ramos de atividade 2000	(%)	
	Masculino	Feminino
Indústria Extrativa	59,21	74,56
Indústria de transformação	7,50	3,56
Comércio	9,77	4,96
Alojamento e alimentação	2,16	2,00
Administração pública	3,84	2,16
Educação	1,27	2,63
Saúde e serviços sociais	0,55	1,43
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	1,24	1,19
Serviço doméstico	0,48	4,97

Ramo de atividade 1991	(%)	
	Masculino	Feminino
Indústria de transformação	21,8	24,08
Comércio	18,8	14,78
Prestação de serviços	13,6	24,19
Social	4,8	18,41
Administração pública	7,5	6,43

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria.

A vantagem da mulher sobre os homens nestas áreas representa um *padrão de ocupação das mulheres*. Já que para o contingente feminino há uma facilidade maior em se empregar em atividades relacionadas a estes setores. O chamado *padrão de ocupação feminino* nada mais é do que a transferência do papel social exercido pela mulher no seio familiar para as relações do trabalho produtivo. Como produto dessa alocação tem-se “*uma compartimentação do mercado de trabalho, que destina às mulheres as funções subalternas, que exigem menor nível de especialização e às quais são atribuídos salários inferiores*” (BRUMER, 2008).

Outro setor de atividade que merece atenção especial é a Indústria de transformação, pois, além de ser um dos ramos que mais gera empregos na cidade, se trata da variável ligada diretamente as atividades industriais realizadas pelo PIM. Ainda que o emprego masculino seja mais representativo na indústria de transformação local, a participação das mulheres neste ramo correspondeu a 35,6% do total de empregados no setor, em 2010. Em 1991, esse setor empregava cerca de 37,3% das mulheres, contudo a crise ocorrida na Zona Franca, prejudicou o nível de empregos e, conseqüentemente, a participação feminina nesta área decresceu 1,18% ao ano. No entanto, essa participação foi se recuperando progressivamente, a partir dos anos 2000, e mantém-se em estável crescimento.

Também foram analisadas as informações censitárias referentes aos rendimentos entre homens e mulheres. De acordo com Pereira *et al*(2010,p.41) “*os rendimentos são uma das variáveis mais importantes para avaliar as condições de vida da população e, em particular, um elemento fundamental na perspectiva da subordinação de gênero*”. Como era de se esperar, os rendimentos femininos são menores dos que os masculinos, como mostram os dados da tabela 3.

Em todos os três Censos, a manauara ainda possui os menores salários, porém esse hiato salarial entre os sexos está diminuindo. Essa persistência de ganhos menores á mulheres

no mercado de trabalho da região não é um fato isolado, pois o patamar salarial da brasileira ainda é inferior ao do homem, independentemente da atividade setorial econômica em que estão empregadas.

Observa-se que a mulher local vai ganhando espaço nas faixas salariais mais altas. Se em 1991, só 0,2% das trabalhadoras ganhavam mais de 20 salários mínimos, vinte anos depois cerca 5,8% das mulheres fazem parte desta faixa de rendimento. Logo as discrepâncias salariais, presenciadas entre os gêneros, continuam. Contudo bem menos atenuantes quando comparadas a 1991- ano marco da pesquisa.

Tabela 3

Taxa de participação feminina e masculina nas faixas salariais (%)
Cidade de Manaus -1991,2000 e 2010

Rendimento em SM (%)	1991		2000		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sem rendimento	36,0	64,5	39,4	56,7	2,0	4,2
Até 1 salário-mínimo	11,7	12,4	10,7	13,6	25,0	37,6
De mais de 1 a 2 SM	18,3	10,9	16,9	12,6	38,5	33,0
De mais de 2 a 3 SM	11,3	4,5	9,0	5,4	13,1	9,0
De mais de 3 a 5 SM	12,0	4,3	10,0	4,9	6,8	5,4
De mais de 5 a 10 SM	6,6	2,3	8,1	4,3	3,0	2,5
De mais de 10 a 20 SM	2,8	0,8	3,6	1,6	2,9	2,5
Mais de 20 SM	1,3	0,2	2,3	0,8	8,6	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria.

Na busca por estudar as transformações ocorridas no perfil da trabalhadora amazonense, explorou-se também sua condição como mulher instruída, que não desperdiçou as novas oportunidades de emprego, com a expansão econômica do Estado e investiu em sua educação, ou seja, especializou-se para que sua mão-de-obra tivesse valor e fosse absorvida com mais facilidade no mercado de trabalho local. Já que *“quanto mais elevada a escolaridade, maiores as chances de obter melhores rendimentos e atribuí mais valor ao trabalho feminino do que o masculino”* (BRUSCHINI et al. 2007).

Neste ponto do estudo nos deparamos com as modificações metodológicas ocorridas nos anos de estudos presentes em cada Censo. Nos Censos de 1991 e 2000 os anos de estudo

foram agrupados sem afetar a compreensão das informações censitárias. Porém, no Censo referente ao ano de 2010, houve mudanças na classificação da educação brasileira: não mais medida por anos, agora medida pelos chamados níveis de instrução.

Verifica-se que os Censos de 1991 a 2010 demonstram uma história de superação feminina no que se refere ao índice educacional. Examinando censo a censo (1991 a 2000) percebe-se que a taxa de participação dos homens sem instrução ou com até três anos de estudo é superior à feminina.

Em 1991, a presença dos homens era ligeiramente mais elevada nos níveis mais baixos de instrução (sem instrução ou até 3 anos de estudo). A mulher amazonense, neste período, tinha uma taxa de participação elevada no que se referia a possuir de 4 a 7 anos (32,5%) de estudo (equivalente a ensino fundamental incompleto).

No entanto sua participação sofria queda quando os níveis educacionais tornavam-se mais altos. No que se referia a classificação de 8 a 10 anos (ensino fundamental completo e ensino médio incompleto) os homens levavam uma pequena vantagem de 13,4% sobre as mulheres. E continuavam ultrapassando-as, em 15,4%, quando os anos de estudos correspondiam ao ensino médio completo e superior.

Em 2000, há uma reviravolta no modo como a amazonense se relacionava com seu nível de instrução. A taxa de participação, antes inferior, na classificação de 8 a 10 anos de estudo superou em 14% a taxa masculina. Porém a conquista mais notável foi a que se refere a 11 anos de estudo ou mais: percebe-se que a participação feminina passou de 14,9% em 1991 para 20,2% em 2000. A mulher amazonense, a partir dos anos 2000, se firmou nos patamares de instrução mais elevados.

Essa supremacia feminina nada mais é do que uma forma das mulheres amazonenses suprirem a demanda por mão-de-obra especializada e instruída exigida pelo Pólo Industrial de

Manaus que devido as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro dos anos 90 passou a requerer um índice educacional mais elevados dos seus trabalhadores.

Tabela 4
Participação por sexo segundo anos de estudo
Cidade de Manaus (1991/2000)

Anos de Estudo Agrupados (%)	1991		2000	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sem instrução/menos de 1 ano	20,6	19,8	25,5	23,9
De 1 a 3 anos	20,5	19,3	15,3	14,3
De 4 a 7 anos	30,0	32,5	26,2	26,8
De 8 a 10 anos	13,4	13,3	13,5	14,1
11 anos e mais	15,4	14,9	18,7	20,2
Não determinado	0,1	0,1	0,7	0,7

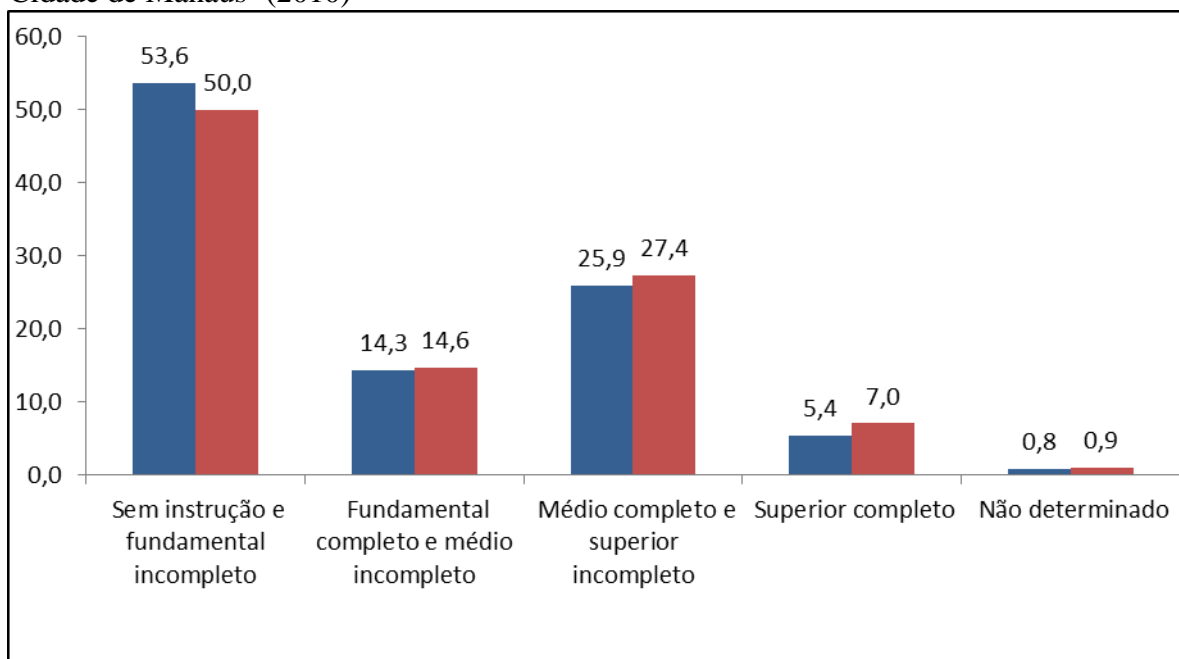
Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2000. Elaboração própria.

No Censo de 2010, verifica-se que ao longo dos dez anos que sucederam o censo de 2000, a mulher amazonense não cessou sua busca pelo conhecimento. Mas notou-se que há um padrão repetitivo no tocante ao nível educacional entre os homens e mulheres em Manaus. Os homens durante esses vinte anos continuam sendo maioria na classificação dos sem instrução e fundamental incompleto 53,6%.

A partir do nível fundamental completo e médio incompleto, observou-se que a mulher amazonense, diferentemente do presenciado nos censos de 1991 e 2000, em 2010 superou a participação dos homens nesta faixa educacional. E manteve sua supremacia em 27,4% contra a participação de 25,9%; referente ao nível médio e superior incompleto. No ensino superior completo, a amazonense apresentou também uma taxa de participação de 7% contra 5,4% da taxa masculina, como se pode observar na figura 5.

Os dados do censo 2010 confirmam a irreversibilidade da vantagem feminina sobre a masculina em relação ao nível de instrução, revelando que elas ascendem cada vez mais na escala de instrução para concorrerem no mercado de trabalho e garantirem salários mais altos. Pois apesar de apresentarem indicadores educacionais à frente dos homens seus rendimentos ainda são inferiores aos masculinos.

Figura 5
Participação por sexo segundo anos de estudo
Cidade de Manaus -(2010)



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2010. Elaboração própria.

Nesta seção pôde-se verificar que as informações colhidas nos três censos de 1991, 2000 e 2010 traçaram um novo perfil feminino com relação a sua participação no mercado de trabalho local, a sua posição nos ramos de atividade, seus rendimentos e, principalmente, sua superação na participação nos níveis educacionais mais elevados. Na próxima parte desta pesquisa se analisará o perfil das mulheres chefes de família em Manaus.

5.4. A amazonense como chefe de família e suas principais características.

O progressivo incremento da mão-de-obra feminina no mundo do trabalho evidencia uma situação cada vez mais presente na realidade brasileira: domicílios chefiados por mulheres. É válido lembrar que, em se tratando da presença das pessoas no domicílio, esta presença estava intimamente ligada ao papel que cada membro da família exercia perante a sociedade; *“nestes, a presença das mulheres tem sido historicamente relacionada aos afazeres domésticos”* (FERNANDES; MENDONÇA, 2004).

Contudo essa diferenciação de papéis vem se transformando como mostram as pesquisas realizadas pelo IPEA (Instituto de Econômica Aplicada), as mulheres que chefiam os domicílios, no Brasil, trabalham mais e ganham menos (D'AGOSTINHO, 2012). Segundo censo do IBGE em 1991, apenas 18% das mulheres chefiavam seus domicílios. No entanto, em 2000, *“as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros”* (MENDES, 2002). Já no censo de 2010 essa representatividade na chefia familiar se elevou para 38,7%. É 22.234.281 o número de famílias brasileiras que identificaram como principal responsável uma mulher, no ano de 2010.

Segundo boletim publicado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de estudos Socioeconômicos) em 2004, o aumento da chefia feminina nos domicílios deriva-se dos seguintes fatores: *“emancipação feminina, maior urbanização, maior dissociação familiar, importância da renda feminina para complementação da renda familiar e até mesmo opção pessoal, entre outros fatores”*. A esses fatores, vale ainda agregar, a queda na taxa de fecundidade e conseqüentemente a redução do tamanho das famílias.

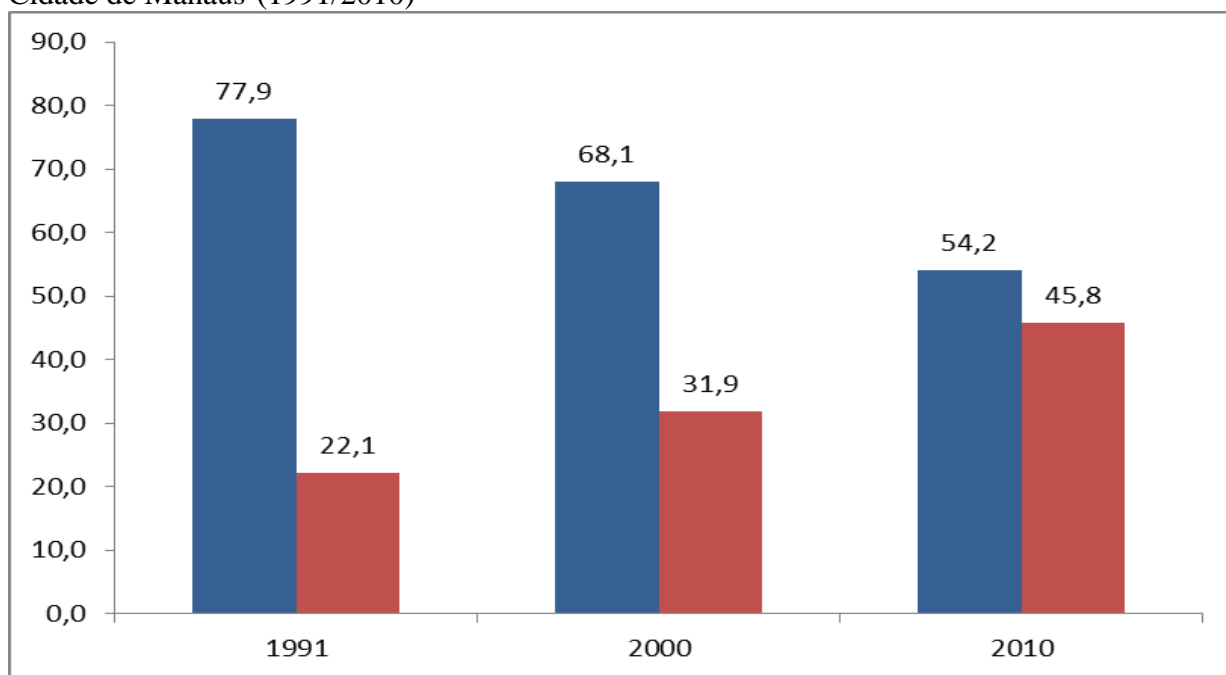
Observa-se que o perfil da família brasileira, nas últimas décadas, passou por profundas transformações em suas estruturas organizacionais: com o maciço ingresso no mercado de trabalho, é cada vez maior o número de famílias chefiadas por mulheres.

A situação da mulher amazonense não se diferencia da experiência que as outras mulheres do restante do país vivenciam. Contudo, o Amazonas apresenta certa singularidade na identificação do homem como responsável pela família. Segundo Pereira *et al* (2010), o papel do homem, como principal provedor da família, no Amazonas, é débil o que leva a superioridade das mulheres no comando das famílias. Aliás, as trabalhadoras amazonenses-chefes de família apresentam uma taxa de participação mais elevada do que a encontrada na média nacional.

Os dados do Censo IBGE mostraram que a taxa de crescimento anual da participação de mulheres como chefes de domicílio, entre 1991 a 2010, no Brasil, foi de 6,48%. Se confrontarmos com a taxa de crescimento na cidade de Manaus, temos o incremento de 8,29% de mulheres como principais provedoras do lar.

Analisando a evolução da participação feminina como responsável pelo domicílio, nota-se que em 1991 a mulher amazonense chefiava apenas 22,1% dos domicílios contra 77,9% dos homens. Em 2000, ela passou a comandar 31,9%, enquanto a taxa de participação masculina declinava para 68,1%.

Figura 6
Responsável do domicílio por sexo.
Cidade de Manaus-(1991/2010)



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2000. Elaboração própria.

No censo de 2010, como mostra a figura 6, a taxa feminina cresceu 13,8 pontos percentuais em relação ao censo anterior (45,8%) e por 8,3 pontos percentuais não alcançou a participação masculina de 54,2% que, no intervalo de dez anos entre os censos, declinou em 14%.

Outro indicador importante para a análise é o rendimento entre os homens e mulheres responsáveis pela manutenção financeira do domicílio. Como era de se esperar, a amazonense chefe de família tem o ganho, em média, 7,1%, menor do que os rendimentos masculinos. A tabela 5 demonstra que a mulher apresenta uma manifestação representativa nas menores faixas salariais (sem rendimento até 2 salários mínimos). Nos três censos, a faixa salarial correspondente a 1 salário mínimo, mantém a maior participação das chefes de família. Em 1991 a taxa de participação era de 28,9% passando para a porcentagem de 38,2%. Esse aumento acompanhou o crescimento no número de famílias chefiadas por mulheres em Manaus. Infelizmente, como revelam os dados, os domicílios com chefia feminina apresentam renda inferior àqueles chefiados por homens: os domicílios sob a responsabilidade das mulheres são mais pobres.

Tabela 5
Rendimento em salários mínimos por responsável de domicílio e sexo
Cidade de Manaus- (1991/2010)

Rendimento em SM (%)	1991		2000		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sem rendimento	5,3	19,7	14,1	23,5	1,0	2,6
Até 1 salário-mínimo	12,8	28,9	10,3	21,9	16,8	38,2
De mais de 1 a 2 SM	24,3	22,0	20,7	20,8	36,7	32,1
De mais de 2 a 3 SM	17,3	9,5	13,0	9,8	15,8	9,3
De mais de 3 a 5 SM	20,0	10,2	16,0	9,7	8,5	5,2
De mais de 5 a 10 SM	12,2	6,7	14,3	9,1	4,2	2,6
De mais de 10 a 20 SM						
SM	5,4	2,2	6,9	3,3	4,1	2,9
Mais de 20 SM	2,8	0,7	4,7	2,0	13,0	7,1

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2000. Elaboração própria.

A procedência deste ganho menor estaria associado “*ao próprio perfil da chefe de domicílio, geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como às dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho.*” (DIEESE,2004). Porém uma surpresa agradável revelou-se durante a análise dos dados: aumentou o número de mulheres chefes de domicílio recebendo acima de 20 salários mínimos. Ao decorrer deste período de

vinte anos, a taxa de crescimento anual, nesta faixa salarial, apresentou o incremento de 18,3%.

Tabela 6
Ramos de Atividade por responsável de domicílio e sexo
Cidade de Manaus- (1991/2010)

Ramos de atividade (%)	2010	
	Masculino	Feminino
Indústria de transformação	16,66	12,32
Comércio	18,43	18,83
Atividades administrativas e serviços complementares	5,47	4,74
Administração pública	8,40	6,98
Educação	3,01	8,46
Saúde humana e serviços sociais	1,78	6,56
Serviço doméstico	0,71	14,67

Ramos de Atividade (%)	2000	
	Masculino	Feminino
Indústria Extrativa	24,40	50,44
Indústria de transformação	13,02	6,77
Comércio	17,57	8,52
Alojamento e alimentação	3,77	4,93
Administração pública	7,51	5,07
Educação	2,40	5,16
Saúde e serviços sociais	0,95	3,24
Serviço doméstico	0,83	8,34

Ramos de atividade (%)	1991	
	Masculino	Feminino
Indústria de transformação	20,7	20,2
Comércio	19,0	14,6
Prestação de serviços Social	13,0	25,4
Social	4,9	18,9
Administração pública	7,8	8,1

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria.

Os ramos de atividades que mais concentram a mão-de-obra amazonense são aqueles tradicionalmente dominados pelas mulheres. Com o foco da pesquisa é a força produtiva feminina empregada no Distrito Industrial, observa-se que das 32.032 mulheres empregadas na indústria de transformação local, em 2010, 13.600 eram responsáveis por financiar as necessidades dos seus domicílios, ou seja, do total de operárias cerca de 42,4% chefiavam seus domicílios.

Em 1991, a taxa de participação da mão-de-obra feminina na indústria local era de 20,2%, sendo uma das mais altas, se analisarmos a participação no ramo da indústria de transformação, durante os três censos.

A maior empregabilidade das chefes de domicílio, no Distrito Industrial, em 1991, era causada principalmente, pela não exigência das fábricas por um elevado nível de instrução (fundamental incompleto). E como se sabe quanto menor o nível educacional menor é o salário. Porém uma “nova” indústria de transformação local surgiu nos pós-crise econômica. Exigindo de seus trabalhadores um nível de instrução mais elevado (ensino médio completo). Logo, as mulheres que não se especializaram foram absorvidas pelos ramos de atividade que não requeriam tantos anos de estudo, como é o caso dos serviços domésticos.

Em relação ao nível de instrução da amazonense responsável pelo domicílio. Nota-se que há predominância dessa mulher nos níveis mais baixos de estudo. Em 2010 chegou a apresentar a participação de 38,1%. Em contrapartida, em 2010, 10,3% das mulheres que chefiavam seus domicílios, em Manaus, tinham ensino superior completo. Apresentando uma taxa de crescimento anual de 3,56% em relação a 1991. Se em 2000 apenas 29,5% (tabela 7) das mulheres 11 anos de estudo ou mais essa porcentagem cresceu para 34,2%, em 2010 (tabela 8).

Tabela 7
Anos de estudo por responsável de domicílio e sexo
Cidade de Manaus- (1991/2010)

Anos de Estudos (%)	1991		2000	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sem instrução/menos de 1 ano	12,0	16,9	7,7	11,1
De 1 a 3 anos	13,1	14,2	11,5	13,7
De 4 a 7 anos	30,7	30,8	29,8	29,9
De 8 a 10 anos	17,8	14,0	17,1	14,9
11 anos e mais	26,5	24,0	33,2	29,5

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2000. Elaboração própria.

A responsabilidade de comandar uma família, suprimindo suas necessidades financeiras é uma tarefa muito complicada para a mulher, pois apesar de seus esforços para garantir o

sustento da família, como apostar cada vez mais em seus estudos, seu salário ainda é inferior ao do homem até quando possui instrução mais elevada. E o nível de instrução dos homens que chefiam domicílios, em Manaus ainda é superior ao das mulheres apesar de seus avanços neste ramo. O mais interessante é notar que em relação às mulheres não declaradas com chefes de domicílio, o nível educacional é mais elevado do que o dos homens.

Tabela 8
Anos de estudo por responsável de domicílio e sexo
Cidade de Manaus- (2010)

NÍVEL DE INSTRUÇÃO (%)	2010	
	Masculino	Feminino
Sem instrução e fundamental incompleto	34,7	38,1
Fundamental completo e médio incompleto	15,7	16,5
Médio completo e superior incompleto	38,1	34,2
Superior completo	10,8	10,3

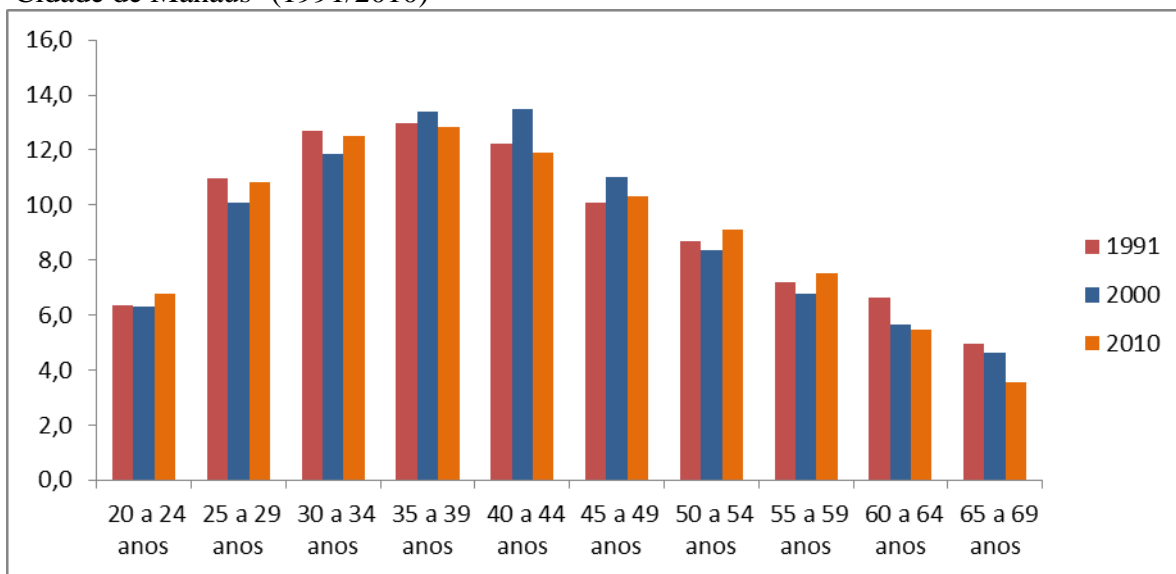
Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2010. Elaboração própria.

A proporção de domicílios sob a responsabilidade de mulheres apresentou crescimento expressivo nos últimos vinte anos, em Manaus. É interessante verificar em qual faixa etária há a predominância de mulheres como chefes de família. Nota-se que as mulheres localizadas não necessariamente nas faixas etárias consideradas mais economicamente ativas, entre 45 a 69 anos de idade, são as principais provedoras de seus lares. De acordo com Fernandes e Mendonça (2004) esse caso não isolado a Manaus, no Brasil é cada vez maior o número de famílias chefiadas por mulheres mais velhas, pois *“esta concentração está relacionada com o perfil demográfico da população- as mulheres vivem mais que os homens e os homens mais jovens possuem as mais elevadas taxas de mortalidade”*.

Contudo apesar da superioridade da mulher como chefe de domicílio, são os homens considerados em idade economicamente ativa os maiores responsáveis por seus domicílios. Como pode se observa nas figuras 7 e 8, referentes, respectivamente, aos censos de 1991 e 2000 os homens na faixa etária dos 30 a 34 anos tem maior participação na manutenção

financeira das famílias. A mulher começa a apresentar uma pequena vantagem quando atinge a faixa etária dos 40 anos.

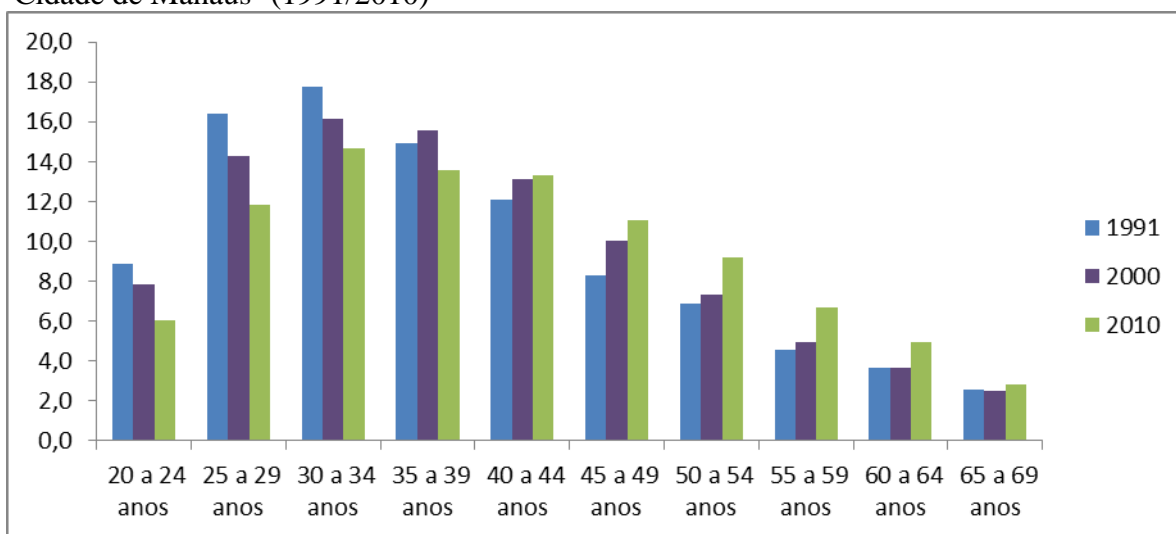
Figura 7
Mulheres de 20 anos ou mais de idade, responsáveis pelo domicílio.
Cidade de Manaus- (1991/2010)



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria

Em Manaus, observou-se que em 2010, com relação aos censos anteriores (1991 e 2000), o aumento do número, em 8,68%, de domicílios chefiados por mulheres na faixa etária dos 20 aos 24 anos.

Figura 8
Homens de 20 anos ou mais de idade, responsáveis pelo domicílio.
Cidade de Manaus- (1991/2010)



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010. Elaboração própria.

Na comparação de 1991,2000 e 2010 a proporção das faixas etárias, consideradas com mais atuantes nas atividades econômicas cresceram, confirmando a entrada das mulheres no mercado de trabalho nas faixas etárias de 20 a 34. Como já citado é nessa faixa etária que as mulheres são mais demandadas para a realização das atividades industriais do PIM.

6. Considerações finais

A presente pesquisa buscou investigar o comportamento da mulher amazonense na esfera do mercado de trabalho. Vale ressaltar, que não foram apenas explorados os componentes da força produtiva feminina local, procurou-se (antes de tudo), perceber qual o papel que essa mulher exerce em seu meio social.

Ora, sabe-se que o meio produtivo do trabalho reflete drasticamente na vida social dos indivíduos, provocando mudanças em sua percepção de mundo e, principalmente, em suas relações familiares e de consumo. Por esta razão, é irrefutável o fato de que o advento da Zona Franca de Manaus, com suas ações desenvolvimentistas, foi transmutando o perfil da amazonense. Nesses mais de quarenta anos de existência a ZFM produziu, na agonia do chão das fábricas do PIM, uma mulher com ares cosmopolita; mas de traços indígenas.

Para comprovar essa transformação, os dados estudados ressaltaram o grau de avanço que as mulheres alcançaram, principalmente, nesses últimos vinte anos. Os progressos das condições da mulher no mercado de trabalho foram notáveis, no entanto, ainda existem barreiras a serem derrubadas, até que haja a igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres no mercado.

O estudo permitiu analisar a situação da trabalhadora por meio do banco de dados do Censo IBGE, desde 1991, possibilitando a percepção da evolução da participação da mulher

no mercado de trabalho amazonense. Fica evidente, nos dados censitários, que a população da capital manauara é composta essencialmente por mulheres, apresentando uma taxa levemente superior a de homens.

Todavia, a PEA feminina ainda é inferior à participação nas atividades produtivas masculinas. Porém, uma pequena alteração vem se apresentando durante esses vinte anos já que houve uma desaceleração na PEA masculina, em contrapartida as atividades femininas vêm crescendo gradualmente.

Com uma forte demanda e grande oferta mão-de-obra feminina, as fábricas do Pólo Industrial são importantes empregadoras da força produtiva da amazonense. Geralmente, as operárias, empregadas no PIM, são extremantes jovens e com “vida útil” na linha de montagem curta, pois são trocadas por novas trabalhadoras assim que perdem sua produtividade (muitas vezes prejudicada por doenças provenientes dos movimentos repetitivos na linha de produção).

De acordo, com os dados coletados as mulheres amazonenses gastam mais tempo em suas atividades de produção do que na reprodução de seu papel social, ou seja, essa mulher dispende mais tempo em seu local de trabalho do que cuidando dos seus afazeres domésticos. Contudo, as incumbências da realização dos cuidados com o lar e com a família ainda estão sob sua total responsabilidade.

Outra descoberta importante foi que as mulheres amazonenses melhoraram seus índices educacionais. Seguindo a influência do restante das mulheres do país, as amazonenses apresentaram nesses últimos censos uma taxa superior de anos de estudos em relação aos homens. Muito mais instruídas as mulheres buscam através dos estudos melhorar sua colocação no mercado de trabalho que mais competitivo exige níveis de especialização cada vez mais altos.

Contrariamente, quando se trata de salários os homens ainda possuem um rendimento superior aos das mulheres. Até mesmo quando são mais instruídas do que eles, as mulheres ainda ganham os menores salários. Isso pode parecer injusto, mas a boa notícia é que essa diferença salarial diminuiu substancialmente, ao longo desses vinte anos.

Outra constatação foi o impressionante aumento das mulheres como as principais provedoras do sustento do lar. Fica claro que, em Manaus, um número cada vez maior de mulheres é responsável por proverem as necessidades dos seus lares. Apesar de os homens serem ainda a maioria. No entanto, a diferença entre um e outro é pequena quando se compara com a participação de 1991. A partir dos anos 2000 foi apresentando um crescimento que só se confirmou com o censo de 2010.

Na liderança de muitas famílias amazonenses têm-se mulheres bastante jovens, localizadas nas faixas etárias mais atuantes nas atividades produtivas, empregadas nas linhas de produção do Pólo Industrial, com um nível de instrução mediano. Esse perfil não destoa do apresentado pelo restante das chefas de famílias do Brasil.

Não se deve analisar as parte dissociando-as de um todo, pois como se sabe tudo faz parte de um sistema que funciona em harmonia: um fragmento não pode conduzir a uma conclusão correta se desprezar a importância do conjunto. Logo, a análise da pesquisa seria vã se não se levasse em consideração a realidade experimentada pelas mulheres dos outros estados do Brasil. Logo, as mudanças ocorridas no âmbito familiar, social e profissional das amazonenses são produtos das transformações ocorridas no Brasil.

E o país que também sofre com as influências exteriores é um produto das mudanças ocorridas tanto nas estruturas produtivas quando nas estruturas mentais do restante do mundo, interligando-se num sistema que troca informações que provocam mudanças no produzir, no agir, no pensar dos indivíduos.

No entanto certos preceitos e papéis sociais estão tão arraigados nos indivíduos que nem todas as evoluções nas estruturas mentais e até mesmo nas estruturas de produção estão se mostrando eficazes na busca pela igualdade entre os sexos. Mas jamais se pode desprezar os grandes avanços que as mulheres alcançaram no último século e que continuam a progredir a luz do século XXI, com muito mais rapidez. E com luta e muita paciência, elas avançam em busca das melhores posições no mercado de trabalho, dos melhores salários, da melhor instrução e ainda desejam ser mães e esposas exemplares.

7. Fontes e referências bibliográficas

ARAÚJO, Felícia; SCALON, Celi. *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BRASIL, M. C. *Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória*. *Cadernos de Estudos Sociais*; Recife, vol.13, n.1, jan./jun., p.61-84, 1997.

BRUMER, A. *O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a mão-de-obra feminina na força de trabalho*. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS-ANPOC. São Paulo, 2008.

BRUSCHINI, M. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. *Cadernos de Pesquisa* vol.37, no. 132. São Paulo Sept./Dec. 2007.

BRUSCHINI, C. *O Trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec; Florianópolis, nº especial, 2º semestre, 1994.

BARBOSA, Irecê. *Chão de Fábrica - Ser Mulher Operária no Pólo Industrial de Manaus*. Manaus: Editora Valer, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho doméstico: Inatividade econômica ou trabalho não remunerado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. Tradução de Edie Scholi. São Paulo: Nobel, 2002.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria, R. *Banco de dados sobre o trabalho das mulheres*. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007. Disponível em:< <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/>. Acesso em 5 de janeiro de 2012.

COSTA, Heloísa Lara. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

CABRAL, M, R. *O mercado de trabalho na década de 90: Um mundo em transformação*. São Paulo, 1999.

CAVALCANTI, Adlaine. *A recente trajetória das mulheres nas áreas urbanas do Estado do Amazonas: o que revelam os dados demográficos*. Manaus: UFAM, 2010.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 5 ed. 2001.

DEGRAFF, Deborah S; ANKER, Richard. *Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres*. Gênero nos estudos de população\ Antonella Pinelli (org.). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS-ABEP, vol.2,2004.

DIEESE. *A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho*. BOLETIM DIEESE. Edição especial. São Paulo, março, 2004.

D'AGOSTINHO,R. *Mulher chefe de família é a que trabalha mais, em casa e no emprego*. UOL NOTÍCIAS COTIDIANO. São Paulo, 2010. Disponível em:< <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/>. Acesso em 30 de junho de 2012.

FREITAS, Ernesto. *A Zona Franca de Manaus e desenvolvimento Regional*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FERNANDES, C.M; MENDONÇA, J. *O perfil das mulheres responsáveis por domicílio: uma aproximação para a Bahia com base no censo*. XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS-ABEP. Caxambu, Minas Gerais, 20-24 de setembro, 2004.

GUIMARÃES, Maria da Glória. *Vida familiar e profissional: desafio e perspectivas*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

HOFFMANN, R. Leone, E. *Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002*. Belo Horizonte: Nova Economia, 14 (2): 35-58, maio-agosto de 2004.

HERNANDES, R, A. *A inserção da mulher no mercado de trabalho*. VI CONVIBRA-CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 2009.

MOURA, E.A; SILVA, M.C.; MAIA, M.L.S.; CASTRO, E.M.R. *A Utilização do Trabalho Feminino nas Indústrias de Belém e Manaus*. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1984, Caxambu - MG. ANAIS DO XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1984.

MOURÃO, Tânia. *Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência* – Brasília, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006.

NOGUEIRA, Cláudia M. *O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

PROBST, E.R. *A evolução da mulher no mercado de trabalho*. REVISTA LEONARDO. Pós do ICPG, 2005.

PERREIRA, Hildete; CASTILHO, Marta; DI SABBATO Alberto. *Um olhar de gênero sobre o setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus*. Rio de Janeiro: Instituto Equit., 2010.

PIMENTEL, Nilson. *Emprego industrial no Pólo Industrial de Manaus na década de 90: Expectativas, resultados e possibilidades*. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2002.

PULGA, Sylvio. *Desenvolvimento industrial da Zona Franca de Manaus: Paradigmas e propensões*. Manaus: UFAM, 2004.

RIANI, Flávio. *Economia: princípios básicos e introdução á microeconomia*. São Paulo: Pioneira, 1998.

SPINDEL, C. R. *Formação de um novo proletariado: as operárias do distrito industrial de Manaus*. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. São Paulo. Vol. 4, nº 2, jul./dez, 1987.

SOUZA E DIAS, Eleonora. *Distrito Industrial de Manaus: A presença (in)visível da mulher indígena*. REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL, ano 2 , nº5,2004.

THURY, Mauro V.S. *O modelo industrial da Zona Franca de Manaus: Importância e limitações para o desenvolvimento regional*. São Paulo: PUC SP, 1996.

Portais Pesquisados:

www.fcc.org.br/bdmulheres/ data de acesso 07/01/2012

www.ibge.gov.br/ data de acesso 15/06/2012

www.suframa.gov.br/ data de acesso 13/06/2012

8. Cronograma

As atividades desenvolvidas, em relação ao projeto, seguiram a orientação do cronograma abaixo, porém devido a fatores externos que causaram um leve atraso na pesquisa, foi necessário reaver alguns textos importantes para auxiliar na construção dos pilares do tema proposto na pesquisa.

Nº	Descrição	Ago 2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2012	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Revisão da literatura	X	X	X	X	X	X						
2	Tabulação dos dados								X	X	X	X	
3	Estimativa dos indicadores selecionados									X	X	X	
4	Análise dos resultados									X	X	X	X
5	Elaboração do Relatório final											X	X
6	Elaboração do Resumo												X
7	Preparação da Apresentação Final para o Congresso												X